



REGIS DE MORAIS

**O QUE É
VIOLÊNCIA URBANA**

editora brasiliense

Copyright © by Regis de Morais, 1981
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
sem autorização prévia do editor.

Primeira edição, 1981
13ª reimpressão, maio 1998

Revisão: José E. de Andrade
Capa e ilustrações: Emílio Damiani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morais, Regis
O que é violência urbana / Regis de Morais. 1ª ed. — São
Paulo : Brasiliense, 1981. — (Coleção primeiros passos; 42)

ISBN 85-11-01042-4

1. Sociologia Urbana 2. Violência — Aspectos sociais
I. Título. II. Série.

94-4591

CDD-303.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Violência urbana : Sociologia 303.6

editora brasiliense s.a.

MATRIZ: Rua Atucuri, 318 – Tatuapé – São Paulo – SP

cep: 03411-000 – Fone/Fax: (011) 6942-0545

VENDAS/DEPÓSITO: Rua Mariano de Souza, 664 – Tatuapé – São Paulo – SP

cep: 03411-090 – Fones: (011) 293-5858 – 293-0357 – 6942-8170 – 6191-2585

Fax: (011) 294-0765



ÍNDICE

— Urgente, urgentíssimo!	7
— O medo como pão de cada dia	11
— O espaço é político	28
— O homem urbano à procura do seu rosto	46
— O esmagamento do futuro	61
— As duas caras do crime	78
— É isto um apocalipse	98
— Indicações para leitura	109



URGENTE, URGENTÍSSIMO!

Em 1º de fevereiro de 1974, um número grande de trabalhadores entrou no Edifício Joelma, em São Paulo, sem sequer desconfiar de que penetrava num inferno do qual uns tantos voltariam marcados para sempre — na carne ou no espírito — e outros não mais voltariam. Naquele dia sem sol e sem alegria, eu entrava na sala de minha casa quando, no vídeo da TV, um homem se atirou do prédio incendiado, riscando no ar e em milhões de almas estupefatas a violenta trajetória do desespero. No interior e na cobertura do Joelma, dezenas de pessoas enfrentavam a morte mais trágica, ardendo junto com o edifício em chamas. Fiquei plantado no meio de minha sala, sem saber o que dizer, santo Deus.

Não fazia muito, um episódio semelhante ocorrera com o Edifício Andraus. As autoridades e

*Para meus sogros
José e Magdalena Costa que,
através de todas as dificuldades de suas vidas,
construíram uma família capaz de muito amor.*

os técnicos alertaram e notificaram as administrações dos prédios principais de São Paulo. Mas o que foi feito? Praticamente nada. Os empresários e administradores continuaram protegendo os seus dinheiros, cuidando do seu patrimônio, com sórdido desprezo pela vida dos semelhantes. De modo que, agora, o Joelma se transformava no inferno mais hediondo que a usura capitalista podia ter criado.

Embaixo, porém, as pessoas escreviam com tintas claras: "Tenham calma, Deus vai ajudar", "Pensem em Deus, estamos com vocês", frases que eram riscadas no chão de mistura com lágrimas de solidariedade. Os bombeiros (com seus ridículos salários!) lutavam doidamente pela vida. Então, pudemos aprender uma coisa importante: aqueles sinistros ocorriam, não porque faltasse generosidade aos cidadãos em particular, mas em razão de faltar toda generosidade ao sistema utilitarista que envolve e manipula a vida das cidades grandes. Eu quis, então, estudar melhor isto.

Meus estudos acabaram voltando-se para todo o fenômeno da violência urbana. Após muitas etapas de investigações científicas e filosóficas (meus dois campos de trabalho), foi-me dado escrever o texto simples e direto do presente livro. Afastei de mim toda a parafernália teórico-científica, pus-me a meditar com o leitor sobre a brutalidade da vida nas cidades grandes.

Apresento, portanto, aos que por isto se inte-

ressem, uma interpretação pessoal de *o que é a violência urbana*. Como se poderá ver, não me preocupo em apresentar *como é a violência urbana*, pois isto fazem os noticiários de toda a imprensa. Deixei que estas páginas fossem o registro das impressões mais profundas que meus estudos e observações deixaram-me no fundo do espírito. Em muitos momentos, minhas páginas são como que um gesto enfurecido contra as injustiças sociais; noutros, elas não passam de um discreto pranto. Porém, declaro feliz: a solidariedade e a compaixão escreveram este livro através de mim.

Prendi-me basicamente à realidade brasileira, ainda que trate da violência urbana em geral. Tinha que ser assim, porque poderia ser ineficiente falar de um homem abstrato e esparso por um desconhecido mundo.

Em abril deste 1981, o conjunto residencial dos bancários, na Ilha do Governador (Rio), tornou-se palco de um dos mais tristes episódios de brutalidade social. Ali se haviam acoitado bandidos cuja captura era importante para a polícia. Foram para o local 400 policiais e, durante 11 horas, deram cerca de 4 000 tiros. Cena longa e insuportável de brutalidade, em que crianças, adultos e velhos, colhidos de surpresa, permaneceram umas 7 horas deitados no chão, aterrorizados com a fuzilaria que lhes arrebatava as residências. De quem ter maior pavor: da fúria dos bandidos ou da ferocidade policial? Nenhuma consideração se teve para com o

fato de que famílias habitavam aquele lugar e — por um mínimo de bom senso — este não poderia ser transformado em aceso campo de batalha.

Este episódio, precedido por outro triste incêndio no Edifício Avenida (na Avenida Paulista, em São Paulo), empurrou o povo brasileiro ainda mais para dentro da pergunta: "Aonde chegará tanta violência?".

Viu-se que era urgente, urgentíssimo, que tal assunto fosse esquadrinhado. Cientistas, técnicos, juristas já se pronunciaram e se estão pronunciando. Pois quero pronunciar-me como morador da grande cidade, visando ao interlocutor que no momento me interessa: o morador comum da metrópole.



O MEDO COMO PÃO DE CADA DIA

Em nenhum outro lugar a vida está sendo um jogo tão perigoso como nas grandes cidades. Eis uma afirmação óbvia com a qual precisamos iniciar este escrito. E "jogo" é bem a expressão, pois que o elemento do "azar" está muito presente nas angústias do cidadão. Quando pais estão preocupados com uma demora inesperada de algum filho na rua, costumam dizer: "é um problema, na cidade grande tudo é possível!": Pois bem, quando tudo é possível está instalado o absurdo. Com este, o seu filho mais direto: o medo.

Ao caminharmos por ruas ou avenidas de amplos centros urbanos, temos impressão de que nos deparamos com milhares de rostos que apresentam formidável variedade de expressões. Esta impressão tem seu tanto de verdade e seu outro tanto de

falsidade, pois, se observamos com maior profundidade, reduzimos as expressões fisionômicas a dois grandes grupos: os que têm medo e o demonstram, como que se mantendo numa constante atitude defensiva, e os que têm medo e o ocultam sob um estardalhaço de agressividade, posicionando-se na ofensiva. Ao que parece, isto é o que há de básico para as fisionomias humanas, na grande cidade.

Assim, fica claro que o medo é o pão cotidiano dos cidadãos. As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos para dentro dos quais ainda triangulam cães de guarda. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros bem fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andem a pé, sentem-se como se estivessem em plena prática da "roleta russa". O espaço amigo sonhado por Péricles na Grécia Antiga para as suas cidades foi subvertido por uma urbanização ferozmente capitalista que vem excedendo o que o homem pode suportar. Teme-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto as ações policiais, marcadas por igual ferocidade. E em parte alguma há segurança, no sentido bonançoso deste termo, porque o "jogo" de viver na metrópole é cheio de riscos a cada passo — e não se sabe como evitar isto.

Há, no jogo em questão, elementos previsíveis e imprevisíveis. Nos centros urbanos mais desenvol-

vidos e marcadamente capitalistas, uma coisa será certa: todos competirão. Algumas formas da disputa obedecem a normas conhecidas e, assim, fazem-se previsíveis — o que as torna, ainda que duras, um pouco menos assustadoras. Porém, há uma quantidade considerável de formas da referida competição que aterrorizam pela sua imprevisibilidade e instigam os nervos das pessoas até a exaustão. Nisto, é bom notar que, no mais das vezes, quando a disputa mantém escondidas as suas táticas, tal ocorre porque intenções criminosas precisam ser encobertas. O que temos no final, todavia, é que o medo percorre desde formas previsíveis de competição (sendo que aí freqüentemente se mantém mais tolerável) até os expedientes surpreendentes da disputa (atingindo níveis muito agudos e intoleráveis).

Aqui talvez seja um bom lugar para que questionemos: afinal, quais são as reais conseqüências do medo? Vejamos isto, por um pouco.

Os dizeres populares já nos podem dar uma primeira indicação. Diz o povo: "Fulano está morto de medo". Ou "Sicrano está petrificado de medo", como também se conhece a afirmação: "Fiquei gelado de medo". É bom que saibamos que, na sua despreensão de linguagem, os dizeres populares estão denunciando um quadro que a medicina atual já principia a explicar. Hoje se sabe que o medo produz uma "inibição cortical". Isto posto em termos mais acessíveis significa que o

medo difere basicamente da raiva porque, nesta última, há uma superestimulação interna ao organismo, isto é, o cérebro emite ordens que disparam hormônios que produzem acelerado batimento cardíaco, alta da pressão arterial e disposições para o movimento muscular, para a ação agressiva. Já no caso do medo, dá-se uma inibição proveniente também de ordens cerebrais, é claro, que tende sempre a produzir quadros de *queda da pressão arterial* (hipotensão) e, quando não o enrijecimento orgânico, a descoordenação motora (movimentos esquisitos e afuncionais). Vale dizer que o medo é, de certa forma, letárgico ou — no mínimo — desacelerador das expressões vitais.

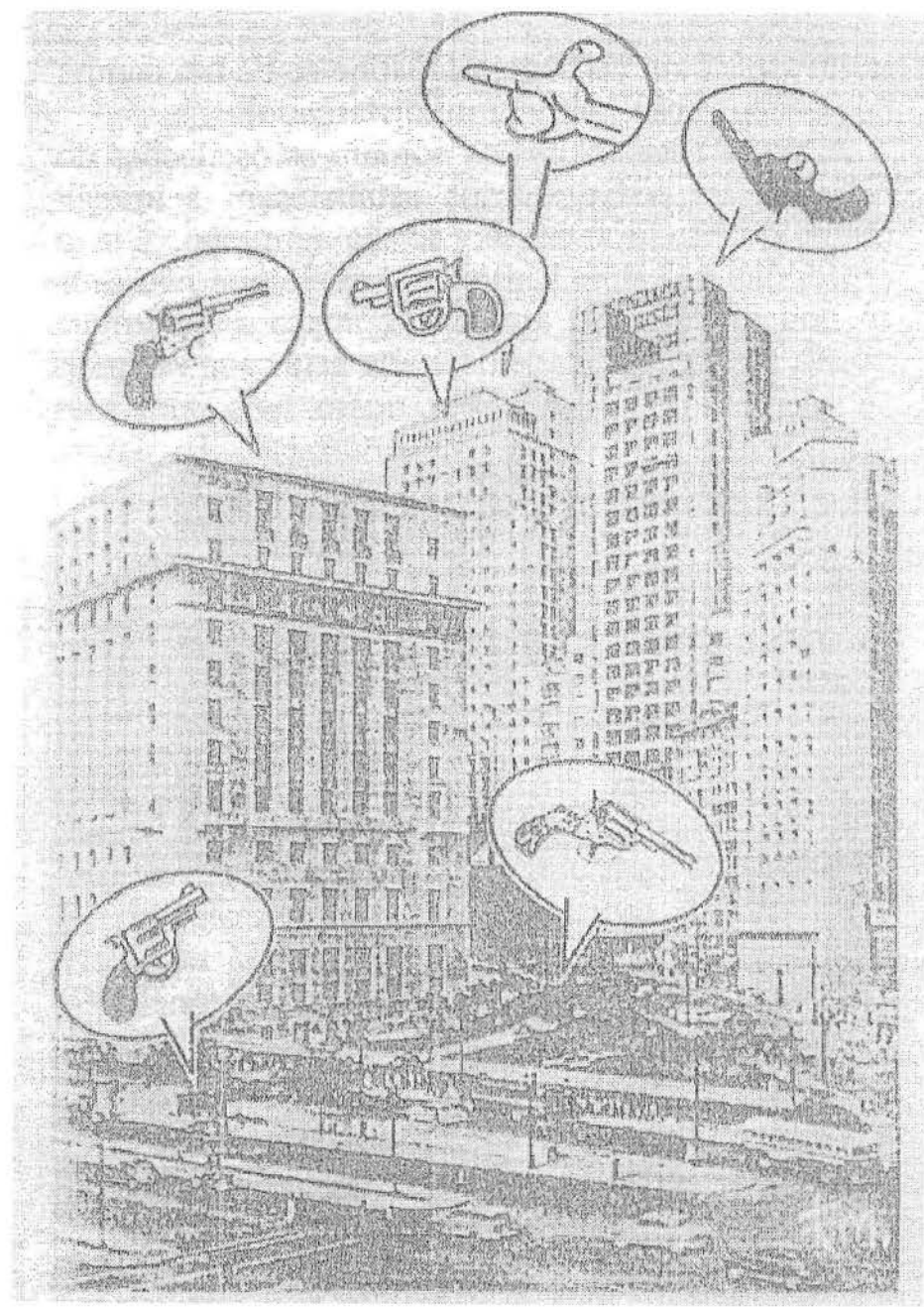
Em dadas situações, quando o medo se configura numa crise aguda, verifica-se inclusive uma tendência do medroso à regressão para o estado intra-uterino (o indivíduo se encolhe e reassume a posição do feto, buscando a todo custo silêncio e comodidade). Noutras situações, quando as ameaças exteriores são *crônicas*, a reação mais comum é a do "camaleão", que procura se confundir com seu ambiente, procura como que dissolver-se na massa natural ou, no mínimo, dissolver a sua imagem para que se torne um alvo difícil. Uma coisa, contudo, nos ensina a medicina como certa: aguda ou crônica, a situação do medo só difere, em suas conseqüências, de "prazo" (curto, médio ou longo). Sempre se pagará sério preço, orgânico e psíquico, por se viver o medo.

O medo faz definhar. Veja-se o que, neste momento em que escrevo, ocorre na cidade de Atlanta nos Estados Unidos. Há lá um homem ou uma organização, agora ainda não se sabe bem, matando negros. De início eram crianças negras. Agora os assassinatos já não discriminam as idades. E a população negra daquela cidade norte-americana está ficando literalmente doente. Uma mãe dizia a certo repórter: "Nossas crianças estão profundamente doentes. Dormem de braços ou encolhidas, gemendo. Têm náuseas e calafrios e não podem soltar-se das nossas mãos, quando nós temos que trabalhar e usar as mãos". Aquela mãe falava também de um desânimo visível e crescente nas pessoas negras, principalmente nas crianças. Pois a inibição cortical produzida pelo medo faz hipotensos os medrosos (ou, melhor dizendo-se, os amedrontados). Isto é o mesmo que dizer-se: há a instalação de grande sentimento de fraqueza física (astenia), o surgimento de náuseas, de dores de cabeça, de frio nas extremidades por deficiência de irrigação do sangue ("gelado de medo!"); começam a surgir problemas digestivos e outros. O medo faz definhar, fisicamente pelos fatores acima mencionados, psiquicamente por uma funda *apatia* que vai produzindo nos amedrontados.

Pois nas sociedades, principalmente naquelas selvagememente capitalistas, as grandes cidades serão locais de especialistas: todos têm que especializar-se em *competir*. Escreveu o urbanista

Robert Auzelle: "O consumo faz as cidades e o excesso de consumo as desfaz". Os espaços das metrópoles estão literalmente tomados por uma noção comercial da vida. É ali que se fabricam febrilmente necessidades, é ali que os moradores se têm que render ao feitiço dos objetos, de possuir objetos. Especialistas afirmam que a objetividade (consumo desvairado de coisas) excita a *ambição*, e esta instala a *frustração* (Kalina e Kovadloff). Há os que não podem seguir o ritmo terrível do consumo, mas, ao longo de sua história de vida, desenvolveram alguma possibilidade de assumir suas impossibilidades. Mas há também aqueles que, não podendo acompanhar a maratona do *possuir*, transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade. Na realidade, é um único quadro fundamental com diferentes modos de se responder a ele. Muitos tentarão proteger sua carteira, sua casa, sua vida — e esta será também uma maneira de se afirmar, de traçar a própria identidade. Mas outros, em grande número, agredirão — para roubar ou subjugar — por estarem transidos de medo, temerosos da sua própria fragilidade.

Onde há medo, há ameaças; e onde estão as ameaças está a violência. E se torna um tanto difícil abordar o tema da violência, pois que a sua realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas (como o empregado de linha-de-montagem que, nas grandes



indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado).

A todas essas coisas se somam as oscilações do mercado de trabalho, que estabelecem a insegurança quanto à manutenção do emprego. Diz o antropólogo Ralph Linton: "Aquele que não sabe se poderá ser feliz amanhã, começa a ser infeliz hoje". Esta modalidade de medo está cada vez mais generalizada, sobretudo em nosso país com suas muitas dificuldades sócio-econômicas. E, assim, vamos vendo que não há exagero quando falamos de uma síndrome de medo que hoje subverte a vida humana nos centros urbanos desenvolvidos. A tal síndrome se segue, obviamente, uma desvalorização básico do ato de viver. É muito difícil *compreender* o que se passa à nossa volta, na cidade grande; *compreender* é, no entanto, um exercício humano de sobrevivência (física e psíquica). Nós, seres humanos, *compreendemos* para viver e jamais conseguimos conviver, em mínima situação de sanidade com o *caos*. Muitas vezes, o mais terrível bilhete que um suicida deixa não está no papelzinho, mas em seu próprio ato de desistência. De certa forma o suicídio nos diz: "Não deu mais para entender". É nisto vemos triste depoimento sobre nós e nosso mundo.

Exatamente essa dificuldade de mantermos uma relação de *compreensão* com o ambiente da metrópole, põe-nos amedrontados. Nem vão faltar aqueles que dirão: "Mas esta é uma visão demasiado

dramática da vida na cidade! Não haverá exagero nisto?". Isto se explica a partir de que aquelas situações com as quais estamos excessivamente habituados passam para fora da nossa percepção diária. Se vivêssemos no fundo do mar, a coisa da qual teríamos menos consciência constante e com a qual dificilmente nos preocuparíamos seria a própria água. Aí se encontram: primeiro, a virtude que o ser humano tem de ser muito adaptativo; segundo, o defeito que o homem tem de se adaptar até àquilo que deveria, que precisaria contestar. Nem todos os moradores do grande centro percebem o seu estado costumeiro de tensão.

O fato, porém, é que estamos amedrontados por muitas razões. Importante é notar que nem todas estas razões têm a ver com o que se chama de crime. Em verdade, o crime é apenas um aspecto da violência nas cidades grandes — muito embora seja aspecto da maior importância.

Se fôssemos citar, não todos, mas alguns dos principais motivos do medo constante do cidadão, ficaria mais claro o que acabamos de afirmar em relação ao crime. Dando alguns exemplos:

Temos medo de ser abordados nas ruas e locais públicos. Se uma pessoa (que pode ter a mais limpa das intenções) nos toca o braço e apenas diz: "Moço!", corre-nos algo como uma corrente elétrica pelo corpo. Vai-se ver, aquele que nos aborda está querendo saber a direção de uma rua, nada mais. Mas, naquele momento, bem de

repente, ele é para nós a própria cara do absurdo, pois todas as possibilidades estão contidas na sua abordagem.

Temos pânico de ser confundidos e tomados por outra pessoa. Afinal, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em 08 de abril de 1981, que o esquema policial chamado de Rota matou, em 1980, 150 bandidos e *suspeitos* nas ruas da capital paulista. Em uma semana (princiada em 30 de março), a Rota matou: um músico *suspeito*, um *suspeito* de roubos de carros, um assaltante de banco (que pode se parecer com algum de nós!), e mais cinco *suspeitos* de roubo de automóvel. E ainda está vivo em nossa memória o caso da freira que, tomada por uma vigarista, viveu violentas torturas em certa Delegacia de Polícia da capital paulista. Temos medo porque todos podemos ser atacados por assaltantes ou loucos. Porque é quase uma aventura, para a maioria, sair diariamente de casa — deixando a família entregue a si mesma — e viajar para o trabalho, vivemos temerosos. Viaja-se, depois, do trabalho para casa outro tanto. Fica até estranho condenarmos a brutalidade da jornada de trabalho dos incios do industrialismo, quando um trabalhador chegava a empenhar-se nas suas tarefas até 16 horas por dia, pois hoje devemos somar o grande trabalho que cada um do povo mais humilde enfrenta para chegar à fábrica ou ao comércio, mais as oito horas de empenho profissional, mais a trabalhadeira de retornar ao lar.

Para muitos, tal somatória atinge de 14 horas para mais.

Também estamos tensos sempre em razão de que a polícia circula entre a multidão portando armas de fogo poderosas (algumas exceções feitas ao policiamento inglês) que, a qualquer momento, podem ser sacadas e disparadas, por necessidade ou... por equívoco.

Sentimo-nos amedrontados porque já se sabe que grande parte das pessoas ao volante se transformam, com freqüência, em exemplos pouco ou nada racionais de ousadia e violência. A isto se soma um novo receio mais específico. É que, à menor discussão, motoristas neurotizados sacam barras de ferro de sob seus bancos e atacam quem os irrita, ferindo a neurose que o trânsito já lhes pôs.

Estamos ameaçados pelos edifícios onde trabalhamos ou vivemos, pois se revelam inseguros e podem incendiar-se num lance de infelicidade.

Sentimos pânico porque nossas crianças começam a andar por ruas nas quais andam também a agressividade cruel e as taras.

Também porque a bolsa ou a carteira podem ser roubadas, levando-se dinheiros que já tinham destino ou que não pertenciam a quem os carregava; a isto acrescentando-se que, se somem os documentos pessoais, além das dificuldades e despesas para tirar segundas vias, corre-se o risco de detenção para averiguações (por falta de documentos).

Entre os mais humildes, as tais "detenções para averiguação" têm já uma história triste. Rapazes sem *padrinho* e sem recursos, normalmente negros, são detidos ou porque não têm os documentos em ordem ou porque alguns policiais precisam mostrar serviço em sua folha funcional. Como descreve muito bem o jornalista José Silveira: "Esses 'detidos' viajam durante horas em porta-malas ou são acondicionados com violência nos camburões que o vulgo chama 'coração de mãe' (porque sempre cabe mais um). E são lançados em infectos xadrezes superlotados, numa promiscuidade sem paralelo. Nem todos são 'escriturados', ficando mais ou menos à disposição de quem os prendeu até 'formar culpa'.

Em três dias, depois de currado pelos infelizes que lá estão há mais tempo, essas vítimas sem advogado e sem padrinho influente (se o pai ou o irmão forem procurá-lo correm o risco de ficar) faz qualquer acordo para ser libertado. Normalmente, o acordo é com um policial, para quem ele passará a 'trabalhar', praticando pequenos furtos até estar em condições de ingressar numa quadrilha" (*Folha de S. Paulo*).

Um outro tipo de medo, muito mais comum do que se imagina, ocorre porque, sendo tão grande a cidade, cada um não tem quase chances de ter conhecidos por perto se lhe acontece um mal súbito na saúde. Esta modalidade de pavor é mais característica das pessoas que se situam a

partir da meia-idade. E nada aqui é fantasia ou tem que ser manifestação neurótica. Em 1971, um jovem vestibulando foi fazer seus exames vestibulares. Era muito pobre e tinha, certo dia, apenas o dinheiro da condução mais uns trocadinhos pequenos; razão por que não se alimentou e deu continuidade aos esforços exigidos por suas provas. Assim que saindo do exame, desmaiou na via pública. Era fome pura, com a conseqüente queda de açúcar no sangue. Pois bem, o jovem voltou a si no interior de uma ambulância feia e suja, no momento em que lhe iam aplicar poderosos anti-convulsivos, comentando: "Isto deve ser epilepsia da forte!". No grau de desnutrição em que o rapaz se encontrava, sabe-se lá que conseqüências trariam injeções tão fortes? Mas ele teve tempo de se defender e não tomá-las.

Tem-se medo na metrópole porque o espaço, ali, é agressivo, no sentido de superestimulador e tensificante. Afinal, vocacionados como todo ser humano para o prazer e a felicidade, os cidadãos acabam compreendendo ou, no mínimo, intuindo que lhes resta ser colecionadores de frustrações sucessivas.

E mais: porque muitas vezes estendemos ao convívio social os pavores que se originaram na "ditadura familiar" ou nos muitos desencontros caseiros, vivemos pelas ruas a expansão de uma certa "psicologia do descrédito", isto é: é preciso que todos desconfiem de todos.

Há outro medo: o da comida. Quando não podemos tomar as refeições em nossas casas, há sempre o receio, baseado nas relações impessoais do grande centro, de que nos sejam servidos alimentos mal cuidados ou contaminados.

Por essas e por outras razões mais é que, no livro intitulado *As Cidades da Cidade*, seus autores dizem que, no passado da humanidade, muralhas eram construídas em volta das cidades para proteger a vida dos cidadãos das ameaças que lhes vinham *de fora*; sendo que, hoje, cada indivíduo está sempre fatigado por ter de se resguardar dos perigos que estão *dentro* das cidades.

Estas coisas nos levam a fugir de certos conceitos muito acadêmicos e sofisticados de violência. Não acredito que a violência, quando se a quer entender praticamente, deva ser conceituada em função de códigos sociais (jurídicos ou não), de vez que muitas vezes as próprias leis e os chamados homens da lei colocam o indivíduo sob violência. Não é, portanto, algo definido pelo certo e o errado, mas apenas uma coisa ou situação que nos torna necessariamente ameaçados em nossa integridade pessoal ou que nos expropria de nós mesmos.

Sendo, o ser humano, uma integração entre o físico e o psíquico, fica praticamente impossível ameaçar apenas um destes componentes. Não se pode ameaçar meio homem. Mas ainda parece ser uma forma simples e eficaz de visualizarmos o que seja a violência — para aplicarmos tal visão ao

grande centro — a de que: violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental.

Na verdade, a violência devia ser um anacronismo entre homens desde há tanto tempo doutrinados para o respeito pela vida e pelo semelhante. Isto só mostra, contudo, a inutilidade das doutrinações — principalmente quando são de uma tal hipocrisia que faz compreensível o nível atual da agressividade irracional.

Sabemos que nesta linha ampla de compreensão do que seja a violência, corremos o risco de incluir em sua realidade um número tal de manifestações que pode dificultar extremamente a conduta na elaboração do presente escrito. Afinal, passam a ocupar espaço, nesse conceito, fatos humanos de uma diversidade enorme. Isto é: a violência entendida como tudo que pode agredir a integridade pessoal irá incluir desde o latrocínio até o trabalho de um operário em uma linha de montagem, passando pela especulação imobiliária e outros absurdos permitidos ou não pela lei.

Talvez por esta razão, o Ministro do Trabalho (Murilo Macedo), em seu depoimento na CPI da Violência, se tenha negado a admitir que esta fosse uma realidade una e filha também de uma única causa. Ali afirmou o Ministro que há um

complexo de violências no meio urbano, e que é necessário pesquisar-se muitas causas que, conjugando-se, formam o triste quadro que vem inquietando nossas cidades. Até certo ponto Macedo tem razão. Até o ponto em que nos dediquemos a descobrir as causas próximas das diversas manifestações violentas. Mas acreditamos na possibilidade de atingirmos um ponto mais profundo e radical, um ponto eminentemente *político*, que significará o foco do qual emergem todas as manifestações de violência que se tornaram típicas das cidades grandes.

Para isto, precisamos atinar com o conceito de *qualidade de vida*, ver que o medo geral no qual estamos submersos na metrópole implica necessariamente numa queda da *qualidade de vida* e, sem que escondamos as contradições políticas que estão na base do que logramos visualizar, procuremos encontrar o ponto de partida da deterioração do humano. Aceitarmos inteiramente o modo diversificado de ver do Ministro do Trabalho talvez seja uma forma, consciente ou não, de tentarmos escamotear a grande contradição básica das nossas vidas.

Quisemos, assim, que estas páginas iniciais fossem o levantamento vivo de uma situação de desvalorização da vida, que apresentassem a situação em que nos encontramos nos centros urbanos desenvolvidos de uma forma até mesmo um pouco contundente e preocupante, muito

embora tenhamos evitado ao máximo cair no episódico, na simples narração de fatos que a imprensa está já cansada de noticiar diariamente.

Será de todo importante que, daqui para a frente, passemos a desnudar os conflitos básicos da nossa sociedade, na tentativa — pelo menos — de que alcancemos uma visão mais explicativa de por que estamos vivendo de forma tão pouco feliz, nas grandes cidades. Talvez, neste trabalho, pontos de vista muito originais não sejam tocados, mas tudo já estará bem se lograrmos tornar mais nítidos os contornos da construção de nossa própria desventura, se pudermos passar a ver nosso ambiente de modo menos fragmentário e desnor-teante.



O ESPAÇO É POLÍTICO

Quando dizemos que o espaço é político, precisamos, antes de tudo, esclarecer o que é o *político*. Dito da forma mais simples que pudermos, o elemento político — dentre o conjunto de elementos que formam toda a realidade social — tem a ver com tudo aquilo que signifique *o uso do poder para instituir uma certa ordem de coisas ou para corroer uma ordem vigente*. Assim, o Estado exerce o seu poder para manter a ordem que lhe interessa, e isto é um exercício político. Mas, por outro lado, os que foram e são chamados subversivos usam também poderes que conseguem acumular para exatamente corroer o estado de coisas estabelecido.

Pensar no político é, deste modo, pensar no jogo do poder e nas *forças* que são utilizadas neste jogo. E, sempre que há um exercício de poder pela força,

fica logo clara a realidade da existência de interesses contrários. Se todos tivessem os mesmos interesses haveria tal harmonia e comunhão que a disputa pelo poder e, portanto, o uso da força ficariam inteiramente sem razão.

Pois é no espaço das cidades, principalmente das muito grandes, que o exercício do poder se torna mais intenso. O espaço, uma vez habitado por seres humanos, se transforma logo em uma coisa política. Isto é uma realidade que vem desde o meio rural (as dramáticas disputas pela terra) até a cidade, atingindo o seu ponto mais candente no concentrado espaço das metrópoles. Para que fique ilustrado este ponto de vista, tomemos um pequeno exemplo que servirá de imagem inicial para que continuemos nosso raciocínio.

Entendida a política assim em sentido amplo, é muito útil procurarmos ver como o espaço principia por ser claramente político em nossas casas. Há um exercício de poder nos lares, que procura instituir uma ordem e mantê-la. Na intimidade de nossas casas, haverá sempre a vontade dos mais poderosos definindo o andamento da vida familiar. A vontade dos mais poderosos determina, por exemplo, de que modo deve ser usado o espaço da residência; e vai determinando outras coisas: como devem ser os horários de banho e as refeições, a que horas as crianças devem dormir, etc. Enquanto isto, os desejos dos mais fracos aguardam as permissões para seu cumprimento.

As residências têm, comumente, *espaços depreciativos* (como os aposentos de empregada e os quartos de despejo) e *espaços mais valorizadores* (como as bonitas salas de estar, as bibliotecas ou salas de jogos). Está claro que, nos exemplos que acabo de usar, só estão residências de famílias economicamente bem situadas. Mas os exemplos poderiam ser outros mais adaptados inclusive para lares de recursos menores. O fato é que os lares não apresentam, via de regra, um espaço homogêneo, mas se subdividem politicamente.

Toda família tem aqueles que produzem renda material e outros que se encontram em situações artificiais, como a do estudante e a da noiva. Isto para não se falar das crianças e dos muito velhos, ambos materialmente improdutivos, quase sempre ou sempre. Ora, o comum é que os que *ganham o sustento* ditem o tipo de vida que a casa terá. Em resumo: com todas as formas que foram desenvolvidas para se amenizar a visão meio contundente destas coisas, há um confronto entre fortes e fracos mesmo no interior dos lares.

Esta realidade se estende para todos os espaços habitados pelos seres humanos, marcadamente no interior do sistema capitalista. O mencionado confronto entre fortes e fracos será elevado à enésima potência no dia-a-dia das nossas cidades grandes. Neste sentido, todo espaço se mostra político. E é evidente que os interesses e conflitos econômicos estão na base de toda esta realidade

política. Assim, olharemos para a metrópole e nela veremos favelas, bairros pobres de periferia, regiões habitadas pela chamada classe média e outras habitadas pelos ricos e muito ricos. Isto produzirá necessariamente um clima de disputa e guerra fria, pois que a afamada *luta de classes* não reside apenas em conflitos sindicais ou manifestações claramente violentas.

Mas, dá-nos a vontade de perguntar: terá sido sempre assim?

Não parece. Ao que tudo indica os primeiros ajuntamentos humanos devem ter sido formas de reação ao medo. Certamente surgiram da idéia central de que, os homens vivendo bem próximos, poderiam apoiar-se mutuamente e se solidarizar ante os perigos que vinham de fora do grupo. Mas, à medida que se dá um enorme salto na história, percebe-se que aquilo que passou a existir com vistas à comunhão e à solidariedade foi feito em um simples aglomerado humano para *produção*. É a lógica industrialista que comanda o nosso tempo apresenta uma fórmula simples, ainda que terrível: $HOMEM = PRODUÇÃO = DINHEIRO$. Nesta fórmula estão todas as monstruosidades e inversões de valores que hoje fazem com que os poluidores não parem de poluir, que cegam os que perseguem lucros ao ponto de não poderem ver o direito à saúde, daqueles que legitimamente devem aspirar a ela.

Pois bem, se o campo é *dispersivo* populacio-

nalmente e, em conseqüência, dilui até certo ponto as relações sociais, a cidade é *concentradora*. Os grandes centros concentram a propriedade dos meios de produção, que estão com os capitalistas abastados, concentrando ao lado disso uma grande população *sem poder*, posto que esta última vive de um trabalho assalariado e alienante, isto é, que a desencaminha em termos de vocação para o seu desenvolvimento humano pleno e acaba por expropriá-la de si mesma. Levando em conta seus números de habitantes, as metrópoles podem ser vistas como pequenos espaços para tanta gente, concentrando tanto as relações humanas que acabam levando-as ao seu ponto de atrito e hostilidade.

Já que falamos de população sem poder, será bom que adentremos uma visão simples que a psicologia oferece sobre um dos fatores que produzem a violência urbana. Consta que as ações humanas são determinadas por dois elementos: o *desejo* e o *poder*. Se desejamos alguma coisa e vislumbramos o poder de realizá-la, isto quer dizer que os dois elementos mencionados se estão combinando. Aí dizemos que temos esperança ou, até mesmo otimismo. Mas se *desejo* e *poder* se vêem descombinados, as coisas se complicam muito para as pessoas. Noutras palavras: havendo uma queda, um colapso do desejo, está instalada a depressão psicótica; isto significa que o indivíduo se vê submergir na abulia (falta total de desejos,

ausência de vontade, início da auto-anulação). De outra parte, mantendo-se o *desejo* e havendo um colapso do *poder*, a pessoa se vê tomada pela ansiedade e pelo medo.

Como se percebe, a ansiedade e o medo resultam do sentimento de impotência, de fragilidade. Ora, o ser humano cheio de aspirações e sem nenhum poder de realizá-las, torna-se, de uma ou de outra forma, violento. Torna-se hostil. E, quanto mais impotente, maior será a brutalidade da sua violência. As autoridades policiais e os jornalistas costumam afirmar que nos bairros pobres da periferia é onde a violência é mais crua e deflagrada. Isto não quer dizer que os pobres são, naturalmente, mais violentos. Quer isto significar que o grau de impotência que lhes foi imposto acua-os de tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência.

Já se disse que a *brutalidade* é a violência dos fracos. Que a "violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes" (Lapierre).

Retornemos, porém, à nossa afirmação de que o espaço é político. Será bom ver isto de forma mais clara e exemplificada. O urbanista Auzelle faz uma curiosa classificação dos espaços urbanos, na qual situa: a) *espaços depressivos*, aqueles mal cuidados ou descuidados, sujos e tristes, talvez

abandonados porque a sua exploração não fosse do interesse dos seus proprietários; b) *espaços agressivos*, com ruas demasiado estreitas para o muito povo e, além do mais, equipadas com uma parafernalia de propaganda que agride os sentidos de várias maneiras, para não se falar de ruas mais amplas nas quais se teme a ousadia dos automóveis; c) *espaços depreciativos*, contrapostos aos valorativos; se morar em tal bairro confere importância social, morar em outro confere insignificância e pode mesmo despertar preconceitos ruins; d) *espaços absurdos*, os que fogem aos nossos mais elementares controles e realmente carecem de qualquer sentido de vida para nós.

A alusão a esses espaços absurdos, leva-nos a lembrar da maneira muito curiosa segundo a qual os indígenas escolhiam e delimitavam seu território. Este ato se dava com quase nenhuma lei a regulá-lo e sem a mais mínima discussão teórica por parte dos nativos. Examinemos um pouco o que conta, por exemplo, a tradição dos índios Terena. Este grupo indígena dimensionava seu território de um modo naturalíssimo. Seus caçadores saíam, andavam caçando para longe das ocas e, enquanto conseguissem voltar sem que a carne das caças estragasse, ficavam certos de que poderiam ir mais um pouco adiante. O início do apodrecimento das caças marcava o ponto para além do qual não deveriam viver ou transitar.

Isto tem um sentido especial. Na sua sabedoria

espontânea, o que os índios Terena procuravam era não ultrapassar o *espaço dominável*; visto da forma contrária, não optar pela vida em um espaço que se mostrasse *indominável* e, por conseguinte, ameaçador. Algo semelhante a este critério está na tranquilidade e na segurança do cidadão que habita lugares pequenos. Um certo bem-estar seu advém de que quase todos os lugares da cidade pequena estão, sem dificuldades, ao alcance de todos os membros da comunidade. Este é, por excelência, o mundo do pedestre. Há um sentimento de conjunto das possibilidades, na vida do dia-a-dia, que é a noção de *proximidade* — segundo a qual pode-se alcançar qualquer ponto necessário do seu espaço em alguns minutos.

Aí a realidade social parece estar mais sob controle e, em consequência, ser menos ameaçadora. No fato de o habitante não se sentir *ultrapassado* pelo seu espaço está a consciência de um território dominável, desaparecendo um dos medos do cidadão que é o de se perder nas ruas, dominado pelo lado desconhecido da cidade.

Há uma política do espaço que nasce das necessidades mais humanamente primárias da coletividade. Tal política acontece enquanto, na cidade, as pessoas têm rostos. Seria como que uma micro-organização social emergindo de um cotidiano por todos muito bem conhecido. Mas, de repente se cai na conta de que, nos centros urbanos amplamente desenvolvidos, o poder exercido sobre o

espaço vem de entidades fantásticas, "divindades" sem rosto como o "complexo industrial-militar" de que falava o ex-presidente norte-americano Eisenhower. Onde está a cabeça ou o pé desta "divindade"? Ninguém sabe. Mas ela manda com o poder medonho das macroorganizações político-econômicas.

Estamos falando do *mando do capital*. Há toda uma divisão social do trabalho, discriminatória e injusta, que marca profundamente as formas de distribuição dos habitantes nos espaços das grandes cidades. Quem manda no espaço da metrópole? Certamente que não é o morador, ansioso na sua impotência. O morador daquele lugar está mais ou menos na situação de alguém que, por uma tortuosidade da vida, foi internado em um hospício embora estivesse lúcido. Seu sofrimento fundamental está em que tudo funciona, onde está internado, segundo leis que escapam inteiramente à sua vontade e ao seu controle; ele sabe que perdeu, ali, todo o poder sobre a sua vida. Que já não manda na paz do seu corpo e nem é dono da distribuição do seu tempo. Sabe também que todo o seu desejo para modificar as coisas na instituição não têm qualquer influência. O morador vai, então, percebendo que a cidade grande se constitui em um ambiente "enfermo", porque ela realmente não é produzida por aqueles que nela habitam.

Normalmente, a metrópole é lugar de muito trabalho porque ela é, de certa forma, um aglome-

rado de especialistas. Mas o trabalho, ali, transforma-se em alguma coisa impiedosa e que deixa de levar em conta o bem-estar do grande contingente de trabalhadores. Marx escreveu, em *O Capital*: "Assim, o capital não tem a menor consideração pela saúde ou duração da vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o força a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e espiritual, morte prematura, padecimento por trabalho excessivo, o capital responde: por que nos atormentarmos com esses sofrimentos, se eles aumentam nosso prazer (o lucro)? Entretanto, de um modo geral, isto não depende da boa ou má vontade de cada capitalista. A livre concorrência faz com que as leis imanentes à produção capitalista vigorem frente ao capitalista individual como leis externas compulsórias".

Olhamos para os centros das cidades brasileiras e perguntamos: quem manda aqui? Respondemos, a seguir, com aparente simplismo: aqui mandam os automóveis. Com isto, porém, não estamos pretendendo que os carros tenham algum tipo de autonomia ou culpa. Também não se diz que são os choferes que mandam. Na verdade, manda o capital das grandes fábricas de veículos e os demais envoltórios da política do petróleo, etc.

Da mesma forma, às vezes lutamos tanto pela casa própria. Sacrificamo-nos para ter nosso pequeno espaço. Mas logo percebemos que, freqüentemente, acaba sendo uma coisa tola o nosso sacri-

fício, pois que não mandamos nos barulhos, nem na qualidade do ar — coisas muitas vezes degradadas no grande centro pela movimentação frenética do capital nas grandes indústrias. Mesmo assim, é tal a violência da especulação imobiliária ao ponto de percebermos facilmente que quem manda no espaço citadino é também o capital das grandes companhias imobiliárias. Tudo isto se agrava muito quando atinamos com que o Estado Capitalista existe para proteger o capital, lembrando-se esporadicamente (quando se lembra!) da qualidade de vida do trabalhador.

A cidade, que nasceu da tentativa humana de produzir um espaço solidário, tornou-se, ela mesma, uma *mercadoria*, perdendo assim sua finalidade primordial e tendo como única razão de se realizar, aumentar e favorecer o lucro. Por isto é ela hoje dita por alguns “a sede da classe dominante que como tal se estabelece abertamente”. Ora, o que isto tem a ver com a violência urbana é muito, é quase tudo. Todavia, este é o caminho explicativo que o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, teria que evitar em seu depoimento à CPI da violência urbana, afirmando que há muitas violências e muitas causas para elas — o que é uma verdade pela metade e, ao mesmo tempo, uma escamoteação do fulcro político da violência encontrável nas metrópoles.

Já se disse que o homem, quanto mais civilizado, mais reprimido e, assim, quanto mais reprimido,

mais violento. Este é um ponto de vista que se confirma no espaço urbano. Se o nativo pode viver sua vida de comunidade com um mínimo de códigos sociais e leis, dá-se o contrário com o cidadão cujo cotidiano é marcado por uma grande quantidade de códigos e expedientes restritivos da sua liberdade. Além das organizações de classe e profissionais, há um intenso policiamento da vida do homem citadino — o que, indiretamente, o coloca em um confronto constante e diário com a Justiça e seu poder.

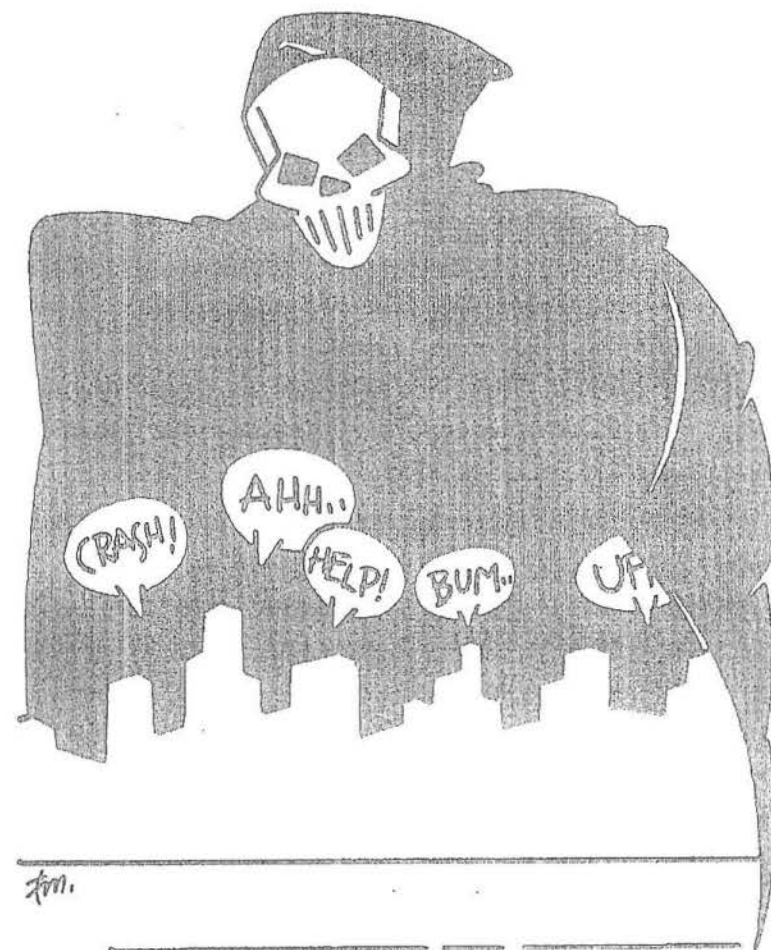
Mais do que reprimido o cidadão é, conforme já vimos, em larga medida oprimido pelas injustiças de uma divisão social do trabalho que o põe descontente e, por assim dizer, ofendido em todos os momentos. Principalmente depois da chamada Revolução Industrial, quando se tornou cada vez mais difícil realizar os trabalhos em casa e se estabeleceram muitas vezes enormes distâncias entre a morada do indivíduo e o seu local de trabalho, os sofrimentos diários impingidos às classes produtivas fizeram-se cada vez mais insuportáveis.

Se hoje assistimos a violentas depredações de trens de subúrbio e outras conduções coletivas, atos de grande agressividade com os quais se costuma incendiar e destruir um bem coletivo de transporte, isto não acontece gratuitamente. Normalmente se trata de uma explosão das massas ante o insistente desrespeito às suas necessidades

elementares de distribuição do pequeno tempo que lhes resta fora dos locais de trabalho. O sofrimento imposto à massa de trabalhadores, por negligência social ou simples falta de generosidade, pelos seus meios de transporte, atinge um ponto no qual uma violência desenfreada leva os usuários a uma agressividade ritualística com a qual pretendem, de alguma forma, atingir toda a máquina social que os diminui e menospreza.

Junto a isto, atualmente impressionam muito as explosões de linchamento. Sentindo o aparato policial muitas vezes comprometido com interesses econômicos, quando não, nos países mais pobres, envolto em sórdida corrupção, as massas tendem a reassumir a *pena de Talião*: "olho por olho, dente por dente". Fazem-no de forma a mais brutal, de vez que, como já vimos, a brutalidade é a violência dos fracos. E nunca será demasiado ressaltar que a maior e grande parte das manifestações violentas respondem a um sistema social que não se importa de produzir a *diminuição da pessoa*, em nome dos lucros.

Está claro que as grandes cidades nem de longe são os únicos lugares em que se situa a exploração do trabalho humano. Basta que passemos uma vista sobre quanto ocorre na exploração agrária e sobre as fortes ondas de violência que lá podem ser vistas. O que é fato é que as cidades concentram as contradições, põem as injustiças mais face a face e,



O black-out nova-iorquino.

ao mesmo tempo, permitem encontros mais sistemáticos de grandes setores prejudicados da sociedade. Assim, podemos dizer que o espaço urbano é aquele que, por sua própria natureza e configuração, deixa mais evidente a crueza com que se processa a exploração do trabalho e deixa também mais visível a queda flagrante da *qualidade de vida*.

Nos anos finais da década de 70, um fato chamou a atenção não só da imprensa norte-americana e mundial, mas principalmente dos cientistas sociais, das autoridades e dos demais urbanologistas. Referimo-nos ao *black-out* que tomou a gigantesca Nova Iorque de surpresa, deflagrando uma tal vaga de assaltos, saques e violências outras que o aparato policial não pôde, em plena escuridão, dominar. Aquele incidente, de conseqüências drásticas, alertou os nova-iorquinos para o imenso "barril de pólvora" que era o violento contraste entre riqueza e miséria naquela poderosa cidade, e fez muitos estudiosos das coisas sociais deterem-se mais sobre o significado dos contrastes acentuados pela densidade demográfica de Nova Iorque.

Quando as luzes inesperadamente se apagaram em Nova Iorque, toda uma realidade sufocada veio à tona, e a variedade de manifestações violentas que se seguiram — ainda que penetrada por uma série de fatores neuróticos, passíveis de uma análise secundária de ordem psicológica — esta variedade convergia para uma razão político-econômica

comum. De certa forma, as conseqüências do *black-out* comprometeram toda a boa imagem da democracia liberal capitalista da nação norte-americana. Dos *espaços depreciativos* e *depressivos* da grande urbe, descera um vasto contingente que misturava necessitados e vingadores, famintos e diminuídos (os revoltados).

Há bem pouco tempo os Institutos Goethe no Brasil, em convênio com o Museu Estadual de Arte Aplicada de Munique e com a colaboração da Câmara Municipal de São Paulo, lançavam um pequeno livro intitulado *PROFITOPÓLI\$*. Em Inglês, *profit* quer dizer lucro e o referido livro se constituía numa inteligente análise e pesada crítica à *cidade do lucro*, que é o modelo das cidades capitalistas em geral. O último capítulo desta publicação tem o título "Pedestres acossados" e traz como epígrafe o seguinte texto do jornalista Wolfgang Boller: "O trânsito nas nossas ruas decerto ainda não se tornou suficientemente perfeito para justificar a proibição geral dos pedestres, ciclistas e crianças. *Mas já conseguimos intimidá-los*". Isto traduz, com fina ironia, uma política.

O centro urbano de grande desenvolvimento apresenta seus lados vantajosos. Afinal, devido à evolução da técnica e à divisão do trabalho cada vez mais especializada, faz-se necessário (já que "o ótimo é, às vezes, inimigo do bom") um crescente intercâmbio de produtividade. A aglomeração humana deveria ter também uma certa

importância, de vez que pode apresentar vantagens econômicas, propiciar maiores contatos intelectuais e vivência cultural. Mas tudo isto acaba se tornando muito questionável.

Quem já passou por estações de subúrbio pelo fim da madrugada, quem já observou pontos de ônibus quando o dia ainda nem se anunciava, viu nesses lugares quase lúgubres uma multidão de rostos sofridos esperando sua promíscua condução para mais um dia de desvalorização das suas vidas, para mais um dia de produção que não lhes dará direito a adquirir o que eles mesmos produzem.

São homens que habitam um espaço indomável e vão percebendo que fantásticas forças econômicas fazem desse espaço que lhes restou uma arena de disputas políticas. Isto ocorre em Paris, em Roma, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, pois todo espaço ocupado pelo ser humano se torna político. Não há dúvida de que algumas nações, mesmo mantendo modelos de exploração capitalista, organizam-se socialmente de forma bem mais eficiente e — pelo menos até aqui — têm conseguido dar maior proteção à vida humana.

Consta que na cidade de São Paulo dá-se uma morte violenta a cada 4 horas. Que 50% dos óbitos por causas violentas correm por conta dos acidentes de trânsito. E se São Paulo apresenta um índice de acidentes de trânsito de 16,6%, Osaka e Tóquio (no Japão) apresentam índices de apenas 2,4% e 1,5%, respectivamente. Mas, a

melhor organização da sociedade com a persistência das injustiças sociais, quando compensa um aspecto, nem por isso salva todo o quadro das violências urbanas.

Não temos o direito de esperar um comportamento brando por parte das pessoas em um espaço que, como vimos, as aliena dos seus semelhantes e as expropria de si mesmas.



O HOMEM URBANO À PROCURA DO SEU ROSTO

O homem das grandes cidades sabe das suas angústias, pois ele se encontra *dentro* dos seus sofrimentos. Mas ele não sabe do seu rosto. Uma certa característica desumana da metrópole faz com que, nela, se torne difícil que rostos humanos se reconheçam. E hoje se sabe muito bem que a saúde mental mostra-se inviável quando a necessidade vital de identidade está fadada a uma frustração constante; mais: sabe-se que este homem sem rosto ou dotado de uma fisionomia falsa que lhe foi informada pelo espelho fragmentado do seu ambiente, com muito maior facilidade penetra os limites da opção pela violência.

O assunto deste capítulo é muito delicado. Primeiro, porque somos levados a abordar as razões que levam o cidadão a, muitas vezes,

admitir de si uma imagem monstruosa e alterar o seu comportamento neste sentido. Depois, é assunto delicado por se tratar da discussão de um problema, a *crise de identidade*, para o qual não há ainda qualquer palavra indiscutível dos cientistas. Vale dizer, é um terreno movediço em que quase todos os pontos de vista podem ser questionados. Mas, pensando-se bem, aí é que está o desafio: a dificuldade das pessoas que habitam os grandes centros visualizarem-se inteiramente como pessoas *é um fato*. Admite-se que seja algo até um pouco confuso, mas é um fato. Então, fica estranho evitarmos sua abordagem por meros constrangimentos acadêmicos, por um certo medo de dar o "palpite errado". Enfrentemos este cipóal, pelo menos na condição de habitantes da metrópole que queremos lançar uma vista mais inteligente sobre o nosso próprio viver.

Por que é tão vital e imperativo para o ser humano o fato de ter a sua própria imagem bem delineada? Observamos toda a escala zoológica, toda ela dividindo com os homens o problema comum da sobrevivência, toda ela interessada igualmente no prazer e na felicidade, mas só nos seres humanos encontramos tão poderosas necessidade de *identificar-se*. Isto, que de início parece estranho, fica bastante claro quando nos lembramos de que os irracionais formam com toda a natureza uma única realidade; estão, à medida em que vivem, como que diluídos no mundo natural, e nada os faz

destacarem-se deste último. Digamos assim: como o irracional não pode transcender a natureza, fica mais e mais submerso nela — sem que possa atingir a consciência de si mesmo.

Com o ser humano não acontece assim. Ele se fez humano por ter perdido a unidade originária com a natureza. Embora o homem continue, em sentido biológico, sendo parte da natureza, ele é também o resultado de uma ruptura com o mundo natural. A razão e a imaginação humanas mostram que, a partir de um certo ponto, as pessoas passam a ser uma realidade diferente da natureza. Isto é o que significa, para os homens, tomarem consciência de si. Daí a necessidade humana de poder dizer “Eu sou eu” — o que nos faz, portanto, compreender a necessidade de auto-identificação.

Na história das cidades encontramos uma drástica evolução que vai das *convenções* às *imposições*. Corretamente vista, a *convenção* deriva de consentimento; ela tem a ver com arranjos sociais nos quais as pessoas têm rostos, principalmente porque se podem reconhecer na trama de relações humanas do seu ambiente. Noutras palavras: para que as pessoas possam conviver há sempre necessidade de uma ordem básica, de uma combinação de como se quer que a vida seja, de um pacto no qual as concessões e consentimentos conseguem criar um clima de liberdade para a vida — de vez que na barbárie não há liberdade.

Mas as convenções, que inicialmente criam a

ordem básica e possibilitam assim a liberdade, acabam ameaçadas sempre pela ordem e pela liberdade que elas criaram. É que as sociedades humanas nem sempre podem permanecer pequenas e, à medida que crescem muito, vão-se tornando mais e mais complexas. Normalmente, desta complicação do que nasceu simples e espontâneo, nascem as *imposições alienantes*. Perdidos os limites do convencional (em seu melhor sentido), evolui-se para a tirania de um sistema de poder pouco identificável (quase fantástico) e, em razão disto, alienante. No capítulo anterior lembrávamos o ex-presidente Eisenhower mencionando o gigantesco “complexo industrial-militar que rege o mundo ocidental”.

Os indivíduos têm que perder a noção dos próprios rostos, pois não se podem mais reconhecer nas relações não consentidas. Estas resultam de uma organização político-social de grande porte, cheia de manipulações sutis e expedientes para garantir sua esmagadora presença.

Como se pode perceber estamos, nesta altura, visualizando o lado inteligente e positivo das convenções que, à medida em que pressupõem participação das pessoas na produção do seu ambiente, garantem a estas a imagem dos seus próprios rostos. Deve-se, contudo, perceber também que apontamos o lado lastimável das imposições, pois estas têm a ver diretamente com o arbítrio e o autoritarismo. Ora, não é difícil de concluirmos que onde

esteja o autoritarismo ali estará sempre a chamada crise de identidade.

São tantos os papéis que diariamente temos que representar, na grande cidade, que corremos o sério risco de acabar confundidos entre nossas muitas aparências. Isto porque, quanto mais complicada a sociedade em que vivamos, mais os seus códigos, normas, leis e outras variadas formas de repressões solicitam-nos reações pessoais diferentes, às vezes até contrárias, em um curto lapso de tempo. Na verdade somos invadidos pelo ambiente, de modo que nosso eu se vai encolhendo e encolhendo, ocupando espaço cada vez menor e... acabamos por assumir o *discurso do ambiente*, isto é, escravizamos-nos às expectativas que o ambiente mantém a nosso respeito e, vivendo tantas realidades postizas, somos levados a desviver as autênticas — e aí perdemos-nos de nosso próprio rosto.

Esta é uma violência que as pessoas sofrem no cotidiano das grandes cidades ou, no mínimo, ali com mais acentuado rigor. E, ao que se sabe, tal coisa se relaciona diretamente com neuroses e psicoses geradoras de uma verdadeira síndrome de violência urbana. Ninguém pode ser violentado sem conseqüências. Assim, aqueles de mentalidade mais imediatista e pragmatista tenderão a pensar que estamos unindo pontos muito distantes, que estamos caindo numa teorização que dificilmente conduz a resultados práticos no conhecimento da violência nas metrópoles. Pois isto é enganoso. Se

de fato desejamos ter mais do que a simples descrição repetitiva de fatos violentos, se queremos nos aproximar dos fatores que explicam a agressividade maligna, precisamos esquadrihar no global da vivência humana tais fatores.

Não é só a multiplicidade de papéis que somos levados a representar que invade o espaço do eu e lhe subjuga a autenticidade. Há também, sobretudo em nosso país pobre, o grave problema das *carências*. Não são muitos os que conseguem imaginar toda a extensão da ferocidade das carências.

Não faz muito ouvimos o depoimento de um ex-detento, a quem foi repetida a milenar pergunta: por que escolheu o caminho do crime? Este homem, que passou 15 anos preso, lá em suas palavras disse mais ou menos o seguinte: "Não sei o que é que se pode esperar de um rapazinho faminto de todo jeito, do estômago e da cabeça. Eu morava numa favela à beira de uma rodovia quase. Do outro lado da pista tinha tanto cartaz convidativo... eram moças bonitas, nomes de comidas em lata, fotografias de automóveis. A gente que não tem nada já se sente uma porcaria em cima da terra... quanto mais vendo aquilo tudo que existia pra quem tinha dinheiro. Uma coisa eu te juro, moço, *eu não nasci um monstro* como tanta gente quer dar a entender! Compreende? Era fome na barriga e na cabeça, era fome de todo jeito, e *não tinha saída!*".

Se o meio social aparecia assim para este ex-

detento há 15 anos, como não aparecerá hoje aos novos meninos famintos, quando a sociedade capitalista de consumo multiplicou seus "produtos milagrosos" e todas as suas táticas de comunicação e propaganda? Quando se lê o depoimento realizado no Senado Federal, por ocasião da 7ª Reunião da CPI da violência urbana, por D. Lia Junqueira — e que quase nada teve como prova contrária convincente — torna-se impossível continuarmos a acreditar que o menor desvalido tenha alguma possibilidade de se enxergar como ser humano, de ver o delineamento do seu verdadeiro rosto. É o espancamento de meninos, o encarceramento de garotos em cela-forte por até seis anos consecutivos, o uso sexual de garotos por funcionários das instituições "para o cuidado do menor", o amolecimento orgânico e moral pela sedação química para que não dêem trabalho, a promoção explícita do homossexualismo entre as meninas para que, uma vez envolvidas, não fujam. A impressão que se tem é a de que, ali, o notável roteirista e diretor de cinema Hector Babenco encontrou o material para a formidável denúncia do filme *Pixote*.

Todo um mundo de corrupção derivado da tirania do *capital* sobre os valores humanos, despista os homens de si mesmos, subtrai-lhes o delineamento do verdadeiro perfil. E isto tem a ver diretamente com uma sociedade que se encontra à beira do desespero, de vez que estudiosos já falam

em um "novo barbarismo" com o qual estamos ameaçados (Philip Rieff). Basta levar em conta uns poucos dados. Por exemplo: nos 4 primeiros meses de 1981 foram requeridos, apenas na cidade de São Paulo, 5 807 portes de arma, sendo que a estimativa existente é a de que ali cerca de 7 milhões de habitantes portam armas, legal e ilegalmente. Algumas autoridades são as primeiras a aconselhar a população no sentido de que se arme cada vez mais.

É que nesta vasta cadeia de corrupção composta pelas cadeias, presídios e reformatórios de menores, não há esperanças para ninguém. O jornalista Percival de Souza cita uma conversa que teria presenciado, ocorrida entre o Diretor da Casa de Detenção de São Paulo e o Diretor da FEBEM, e que o jornalista chamou de "humor negro". Conversa assim:

Diretor da Febem — Como vão os meus pensionistas?

Diretor da Casa de Detenção — Estão aqui e muito bem. E os meus futuros pensionistas, como vão?

Esta estranha brincadeira nos explica que, por nossos reformatórios, ninguém passará sem se tornar violento criminoso ou sem acentuar sua pré-existente tendência para a violência criminal. E existe uma enorme burocracia para manter esta desgraça. Nós, cidadãos comuns, mantemos com os impostos que pagamos o crime que se perpetra

diariamente contra os fracos, nestas coisas vergonhosas que são os reformatórios e todo o sistema penitenciário. É o que aqui está dito não tem a ver com a instalação de uma visão romântica do "bandido", com uma santificação dos criminosos e incriminação constante da polícia. Tem simplesmente a ver com *fatos*, como a conversa acima mencionada.

Volto, a cada passo, à pergunta que motiva este capítulo: será possível a uma sociedade atingir tal grau de enfermidade sem a conseqüente fragmentação de sua própria imagem? Nestes meios, poderão as pessoas se perceber como pessoas?

Páginas atrás fizemos alusão a que o autoritarismo fosse uma das fontes principais da crise de identidade. Queremos agora voltar a este ponto de vista, na busca de aprofundá-lo um pouco, de explicá-lo.

No clima de medo dos grandes centros, quando cada pessoa se sente de perto ameaçada, todos tentam de início diluir-se na massa anônima. O ser humano abomina o anonimato, mas tenta usá-lo como defesa. É o que no primeiro capítulo chamamos "reação do camaleão". Os fracos não extremamente fracos obtêm algum êxito nesta tentativa. Os inteiramente desprotegidos são, porém, acuados até um ponto a partir do qual têm como última saída as ações brutais. Partindo para o crime, acabam não tendo êxito em sua busca de anonimato. Tudo isto vai dar, como resultado, dois

aspectos ligados ao autoritarismo ou por este produzidos.

a) Os que, tendo aceitado uma certa insignificância social que os protege, dobram-se ante o discurso opressivo das tiranias da metrópole. Aparentemente, abdicam de vez de uma auto-identificação e até de uma afirmação pessoal. Buscarão, na verdade, uma outra forma de identificação que alguns chamam de "projetiva". Isto significa: elegerão para si líderes ou ídolos *fortes* — tão fortes como eles não puderam ser. Aplaudirão a força implacável do Esquadrão da Morte, apoiarão a audácia do "Mão Branca", escolherão times fortes, atletas imbatíveis e até — algumas vezes — grandes bandidos nos quais projetam secretamente seus anseios de poder. Nesta linha de raciocínio, até mesmo a religião pode assumir uma forma de uso do autoritarismo do tipo: "Deus é grande, infinitamente mais forte do que eu. Confio nele, que é meu amigo, pra dobrar os inimigos".

b) Também os que, por máxima desproteção, são forçados à violência como última alternativa. Estes são localizados, presos e punidos. Sempre, lamentavelmente, irão assimilar ("introjetar") a violência dos seus algozes — daqueles que os espancam e humilham, cada vez mais convictos de que a brandura jamais os protegerá. Marcados muitas vezes para sempre, usarão seus dias de liberdade para uma dupla prática: a de atacar para se defender e, muito pior, a de atacar para vingança.

rem-se. A agressividade vingativa é coisa de uma brutalidade insana.

Todos estes são modos das pessoas se perderem dos seus próprios rostos, mergulhadas em grande dificuldade de se identificarem até como seres humanos. As pressões do ambiente, sempre nascidas de grandes injustiças que são deformações sócio-políticas, impedem que cada qual assuma o seu "discurso". Ninguém vê a própria face, pois teve que assumir o "discurso" de um contexto competitivo e violento.

Mas nosso meio social tem muitas outras maneiras de fragmentar e distorcer a imagem do homem para ele mesmo. Pensemos, por exemplo, no *desemprego*. Em nossa vizinhança um bom homem chegou a ficar desempregado por dois anos, vítima de baixa escolaridade e aptidões difusas, nada especializadas. Acompanhamos-lhe, em razão da própria vizinhança, o processo de enorme desnotamento íntimo que se foi acentuando pelo tempo de desemprego até às fronteiras da doença mental. Afinal, no seio da *lógica industrialista* (Homem = Produção = Dinheiro), o que significa um homem casado e desempregado? Mais radicalmente: *quem* é ele? Se ele não produz e, por consequência, não significa dinheiro, será homem?

Em nosso tipo de sociedade, quando alguém pergunta: o senhor, quem é?, na realidade está perguntando o que a pessoa *tem* e *faz*. Imagine-se, entre uma boa velhinha e um desconhecido, o

seguinte diálogo: "Então, o senhor quem é?" "Olhe, dona, eu sou José, filho de Matilde, tenho 36 anos e umas neuroses que me fazem suar frio pela madrugada!". Imaginando-se o diálogo, ver-se-á em seguida a boa velha sair apavorada, pensando ter abordado um louco; porque já não sabemos perguntar sobre *quem*, sem que metamos na pergunta a curiosidade sobre o *ter* e o *fazer*.

É nossa suposição de que, muitas vezes, o desempregado se entrega ao crime também porque não consegue identificar-se, porque a imagem de inutilidade que o meio social lhe transmite contrasta demais com o autoritarismo utilitarista vigente. O desempregado se percebe violentamente expropriado de si mesmo. E, se estas palavras tenderem a parecer apenas uma "literatura", uma divagação, olhe-se para o índice de desemprego de grande parte dos habitantes dos centros urbanos e veja-se a relação disto com a crescente onda de violência nas cidades.

Ainda no interior desta idéia de uma relação entre os autoritarismos e a chamada crise de identidade, devo abordar algo que parece importante principalmente pelos despistamentos que interessados e comprometidos têm tentado provocar à sua volta. Refiro-me ao autoritarismo dos *meios de comunicação de massa*.

Na V reunião da CPI da Violência (Senado brasileiro), alguns homens de imprensa — sobretudo de televisão — foram depoentes. Destaca-se

nesta reunião o depoimento *científico* do Sr. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, um dos chefes de grande cadeia de emissoras de TV, conhecido como Boni. Também, na IX reunião da mesma CPI, é de destacar-se o depoimento do advogado e jornalista Percival de Souza. Estes dois mencionados depoentes esgrimem e esgrimem contra o óbvio, tentando atirar trapos "científicos" contra o sol do cotidiano. Defendem toda a atividade dos meios de comunicação social, chegando a pedir para estes uma neutralidade ante a violência urbana que não existe em parte alguma do universo habitada pelo ser humano. Procedimento semelhante se encontra, estranhamente, no depoimento do psicólogo Jacob Pinheiro Goldberg (VII reunião).

Todos os citados, acusando os que deles discordam de incompetentes improvisadores e amadoristas, trazem, para apoiar seus pontos de vista, resultados de pesquisas que frizam serem *científicas* e que inocentam cabalmente os meios de comunicação. Mas, como ensinou um grande professor no assunto, pesquisa científica é meio parecido com pescaria. Isto é: se eu quero apanhar peixes grandes, uso anzóis grandes e fortes; se quero pescar peixes miúdos, uso anzóis pequeninos. De tal modo que posso ir para a margem de um grande rio com anzol minúsculo e passar o dia pescando lambarizinhos. Vou anotando criteriosamente e, ao cair da tarde, concluo: *neste grande rio só tem lambaris*.

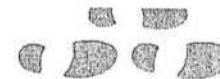
Isto quer dizer que uma pesquisa pode estar

tecnicamente perfeita e, ao mesmo tempo, perfeitamente mentirosa. Existe sempre uma ideologia por detrás do método de pesquisa que se usa.

Há pesquisas que focalizam apenas menores infratores, sem casa e sem endereço, para dizer: a quase totalidade deles não vê televisão. Logo, a TV não tem implicação na criminalidade e na violência.

Mas há felizmente um cotidiano à nossa disposição, dando-nos lições muito mais práticas e verdadeiras, em sua simplicidade. A esta hora, um número enorme de adolescentes está com rancor dos seus pais, porque não podem ter aquela casa, aquelas roupas da novela tal, porque não podem substituir imediatamente todos os valores de suas famílias pelos interesses das grandes firmas estrangeiras. Crianças abandonadas não são apenas as da rua, com fome e revolta; são também aquelas da classe média e das famílias ricas, largadas diante dos aparelhos de TV, para comodidade dos pais.

Quem tem filhos em casa sujeitos à invasão autoritária da TV, não precisa ler tratados ou fiar-se em pesquisas ditas científicas. O cotidiano mostra-lhes a ditadura que os meios de comunicação pela imagem exercem, uma vez subvertidos por espúrios interesses econômicos. Este autoritarismo se baseia nas chamadas *técnicas de persuasão*; isto é: o invasor invade, inferioriza com "doçura" o invadido e este acaba ainda confusamente grato ao invasor. Agora, se isto não põe obstáculos a que



um povo encontre seus genuínos valores, nada mais tem lógica ou sensatez.

Veja-se: é uma questão de coerência mínima. Ou aceitamos que a tirania do capital utiliza e muito os meios de comunicação social, tirando disto todas as conseqüências, ou vamos ficar discursando inutilmente sobre vagas origens da violência. Ou seremos tão cândidos ao ponto de imaginar que o capital financia os meios de comunicação sem destes fazer uso?

Os *mass media* são cada vez mais transformados em meios de *propaganda*. Esta cria as fomes e restringe a liberdade psicológica de escolha, quando não conduz ao fundo sentimento de impotência.

Eis uma tentativa, incipiente que seja, para mostrar pontos de contato entre *crise de identidade e violência*; como se pode ver, tudo volta a apontar para nossas deformações sócio-político-econômicas básicas. Sem dúvida, a responsabilidade do momento é enorme.

O ESMAGAMENTO DO FUTURO

Talvez o modo mais objetivo que exista de avaliarmos o grau de saúde ou de enfermidade de um povo consista em procurarmos saber que tratamento é dado às suas crianças. É importante procurarmos conhecer, por exemplo, quais os investimentos que um país faz na educação de suas crianças e dos seus adolescentes. E o Brasil, conquanto não seja nem de longe o único país onde existem menores desvalidos, apresenta um dos mais graves quadros do mundo no que diz respeito ao problema do menor desamparado. Daí por que, neste capítulo, será de todo conveniente que focalizemos especificamente a realidade brasileira.

E os grandes centros urbanos mostram-se, entre nós, responsáveis por uma das mais medonhas invenções: a agressão ao menor. Existe, nas metrópoles, uma relação mais ou menos clara entre o

império da lógica industrialista de produção (Homem = Produção = Dinheiro) e a constante repressão à criança e ao adolescente. De certa maneira é o que ocorre também com os velhos, submetidos a um insuportável menosprezo. Os menores situam-se numa faixa ainda improdutiva ou — no mínimo — capaz de uma irrisória produção, não tanto por inaptidão dos meninos e meninas, pois nem toda atividade produtiva exige o emprego da força muscular; mais em razão de um tradicional menosprezo pelas potencialidades da criança e de um preconceito segundo o qual o menor é *sempre* irresponsável. Assim, no formigueiro utilitarista da produção, a criança passa a ser vista apenas como uma consumidora indesejável.

Também o espaço das cidades grandes procura desconhecer as modificações orgânicas trazidas pela velhice, pois que ali as pessoas idosas são apenas discretamente toleradas, mal toleradas como todos os elementos que já não servem para a produção de trabalho (de dinheiro). Em razão disto é que falávamos, páginas atrás, que as metrópoles ameaçam cair na armadilha da contemporaneidade radical: negação do passado e do futuro, por uma afirmação desajuizada de um presente capaz de produzir imediatamente. Eu mesmo escrevi, em um trabalho publicado há três anos: "No espaço urbanizado, principalmente no movimento febril das nossas metrópoles, não há lugar

para os velhos e as crianças. Nos asilos, nas escolas e nos parques policiados é onde estão mais livres. Soma-se a isso o alto índice de atropelamento de pessoas idosas, sendo que, ao mesmo tempo, é grande a quantidade de meninos e meninas trancafiados em apartamentos e casas, vivendo os primeiros anos de sua vida sob a *ameaça da cidade*".

Contudo, quando escrevi as linhas acima (em 1978) ainda não tinha consciência da verdadeira extensão do crime que se comete contra os menores e adolescentes em nosso país. É alguma coisa tão brutal que a sua simples análise, menos até, que a sua mera descrição ganha, para as pessoas distanciadas deste assunto, aparência de exploração sensacionalista. Sobre os menores mais pobres, originários de famílias que conheceram por dentro a miséria, tem caído um tal peso repressivo que ultrapassa com facilidade nossa capacidade de imaginação. E, volto a dizer, esses crimes não nasceram no meio rural ou nas cidades pequenas; eles constituem a mais torpe invenção dos grandes centros urbanos.

Na roça e nas cidades de pequeno porte encontramos, às vezes, crianças carentes que os laços de relacionamento típicos desses lugares quase sempre acabam por absorver. Quase nunca as crianças carentes das cidades de pequeno e médio porte permanecem abandonadas, pois as instituições de caridade são menos burocratizadas e mais acessíveis, os grupos familiares sensibilizam-se com

maior facilidade ante as penúrias de um menor. Nas metrópoles, porém, tudo se mostra muito diferente disto. Ali encontramos um enorme número de crianças *carentes*, uma quantidade nada desprezível de menores *abandonados*, bem como um contingente proporcionalmente não muito grande mas bastante incômodo de menores *infratores*.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, realizada em 1975, foram constatados 15 milhões, 452 mil e 78 menores — entre carentes e abandonados. Para este número correspondiam, na época, apenas 111 mil infratores, o que indica uma porcentagem pequena de infratores, sendo que estes se põem logo em evidência por sua conduta perigosa e... são os que mais incomodam. Contudo, parece estar bastante claro que o número de infratores tende normalmente a crescer, quer pelas falências inevitáveis do nosso modelo econômico, quer pela total falta de respeito pelos Direitos do Menor, proclamados pela ONU a 20 de Novembro de 1959, com concordância e assinatura do Brasil.

Por que é nas cidades grandes que se avoluma o problema do menor? Seria interessante buscarmos pelo menos algumas explicações para o fato.

Estudos recentes vêm demonstrando que os amplos centros urbanos constituem os lugares apropriados para enorme número de *fracassos familiares*. As causas para isto são muitas. Há, por

exemplo, os casos de imigrações frustradas, isto é, famílias que vêm do meio rural expulsas pelas dificuldades financeiras ou por fortes proprietários de terra, vêm para a cidade grande tentar a tão sonhada melhoria de vida. Vão vendo, porém, morrerem uma por uma suas esperanças e, não apenas fracassam na tentativa de melhorar de vida, mas acabam por mergulhar em uma miséria ainda maior e nunca antes imaginada sequer. A fome é, em qualquer circunstância em que não entrem paixões políticas (greves de fome), a pior experiência que o ser humano pode enfrentar. Já se chegou mesmo a ouvir de menores espancados em casas reformatórias que "apanhar é duro, dói muito, mas a dor da fome é pior". Em qualquer situação, portanto, a fome é um pavor. Mas imaginemos a fome que alguém venha a passar em frente das vitrinas de frangos assados e outras comidas; imaginemos uma fome de quatro ou cinco dias que alguém tenha que passar na frente dos pães corados expostos pelas padarias. É a miséria superando a si mesma, batendo o seu próprio recorde.

Aqueles que imigram para a metrópole são em quantidade elevadíssima; e as crianças e adolescentes que acabam em Fundações para o Bem-Estar do Menor ou apanhadas pela polícia como infratores são, em 85% dos casos, de famílias que vieram de pequenas localidades e do meio rural. Pais desesperados desertam, abandonam as

responsabilidades familiares; outros, ainda que permaneçam com a família, vivem a extrema tensão da penúria "auxiliados" pela bebida e em decadência pessoal, às vezes gerando profundos dramas de convívio com a esposa e os filhos. Estas famílias fracassadas têm, quase que por fatalidade social, suas filhas expostas constantemente às armadilhas da prostituição. O quadro é de cores pesadas.

Outras famílias, porém, não se compõem de imigrantes. São formadas por elementos da própria metrópole, desde sempre marginalizados por precárias condições financeiras, quanto às oportunidades de êxito que lhes são negadas. São homens e mulheres que se casaram em plena dificuldade de vida, pois que nunca foi possível contabilizar a atração entre os sexos, os amores e as tendências passionais. Depois de uma certa luta para sustentar a família, para — apesar da brutalidade da pobreza — manter o grupo familiar, acaba chegando o momento em que todos os planos dessa gente são pulverizados pela fome, pelas doenças sem tratamento. E a desistência da luta muitas vezes se traduz numa desagregação que nem poupa os filhos do abandono.

Essas crianças, na verdade desvalidas desde antes do seu nascimento, quando efetivamente deixadas à sorte das ruas estão normalmente com sua saúde muito comprometida. Médicos da Febem de São Paulo explicam que, no total

de menores recolhidos àquela instituição em situação de abandono, 65% apresentam um ou vários tipos de verminose, 13% têm sífilis e 25% têm infecções urinárias, geralmente uma doença venérea. Anotam os médicos da Febem: não mais que 2% dos examinados apresentam sua saúde sem comprometimentos maiores. Tais dados são estarrecedores principalmente quando nos lembramos de que os exames médicos pelos quais os referidos menores passam estão longe de ser minuciosos, nem se aproximam de qualquer atitude de vanguarda da medicina preventiva.

São, tais crianças, produtos de uma injustiça social básica, de uma distribuição de riquezas que delas nunca se lembrou, azafamada em aumentar os privilégios dos já bem postos financeiramente. Levam consigo apenas as suas doenças, suas fundas carências afetivas e um secreto rancor da sociedade cínica que as produz e ainda, futuramente, as punirá. Não é outra a razão pela qual o jornalista Carlos Alberto Luppi, analisando a delinqüência infanto-juvenil, fala da emergência de um *Exército dos Necessitados*, cuja "tropa de choque" estará sempre disposta a vingar as dores suas e dos seus pais com muita violência. Todavia, são em menor número os menores desvalidos cuja origem familiar não se encontra no meio rural ou em pequenas cidades do interior.

Aos menores de origem rural e àqueles que são frutos de casamentos insustentáveis de gente da

metrópole, soma-se um contingente menor (que tende a crescer, porém): o dos frutos diretos da prostituição, nascidos como que "avulsos", porque freqüentemente desamados, que crescem, por uma inexplicável resistência às muitas carências de que são vítimas. Entre os *condenados da terra*, que são as massas famintas do chamado Terceiro Mundo, essas crianças vivem a pior condenação: uma fome lhes doerá nas entranhas, outra (a afetiva) lhes corroerá o espírito, minando-lhes todas as perspectivas que poderiam ser ditas humanas.

Ainda falta, contudo, que mencionemos aqueles menores que não são abandonados pelos pais; aqueles que, bem ou mal, vivem com os que os geraram e com seus irmãos. Pois, com mais freqüência do que imaginamos, estes são levados a uma condenação semelhante à já descrita. Vejamos o breve relato de um menino chamado Ronaldo, com apenas 14 anos de idade:

"Com sete anos, morava em Itaquera com minha mãe, meu pai e oito irmãos. Um dia fui na venda da esquina pegar o pão. Na volta, lá em casa estava tudo cercado de polícia. Eles gritaram para minha mãe e meus irmãos saírem que iam abrir fogo. Coisa do meu pai. Minha mãe custou a sair. Os garotos foram logo pra rua chorando. A polícia abriu fogo. Acertaram a mãe correndo ensanguentada até na minha frente. Depois meu pai. Levou um monte de tiros. Morreu na hora. Me

lembro que um tempo depois eu estava indo pra Bahia com uns parentes meus, num trem grande, cheio de gente. Aí um cara olhou pra mim e perguntou por que eu estava chorando." Veja-se que a família, enquanto pôde, esteve com esse menino. Até os parentes mais distantes da Bahia. Mas, à força de misérias e revoltas, Ronaldo prestou este breve depoimento já como interno da Unidade de Triagem 3, da Febem de São Paulo.

O que podemos ver por trás de todos esses casos (imigrantes, metropolitanos, filhos da prostituição ou perseguidos pela polícia) é a deformação segundo a qual se insiste secularmente em submeter o *capital humano* ao capital financeiro, na prática constante de discriminatórias distribuições do trabalho e de uma repartição das riquezas ditada pelo capitalismo selvagem. Os filhos mais deserdados desta situação não podem ser deixados pelas ruas. Mas, quando recolhidos às instituições que devem recuperá-los socialmente, são tratados como *excrementos da sociedade* e, aí sim, levados inevitavelmente à marginalização criminosa.

É, agora, a pesada hora de convidar o leitor a que visualizemos juntos e com toda a coragem o lado fátual da violência contra o menor. Deveremos percorrer, para tanto, desde os fatos concernentes à vida dos menores desamparados das ruas e das instituições reformatórias, passando pelo delírio consumista dos meninos e meninas da chamada classe

média, até os "menores desvalidos de dentro das mansões" com suas formas próprias de degeneração.

Desde o antigo SAM (Serviço de Assistência ao Menor), que vigia nos anos 40, passando pelos RPMs (Recolhimentos Provisórios de Menores), também extintos agora, até se chegar aos órgãos ligados à FUNABEM (as Febem), temos no Brasil uma vasta tradição de menosprezo e repressão ao menor deserdado da sorte. Segundo afirma Lia Junqueira em seu vulcânico depoimento na CPI da Violência Urbana (Senado), o sofrimento das crianças desamparadas e recolhidas por instituições começa quase que em seguida ao nascimento. A Dra. Lia dá como exemplo a creche da Febem de São Paulo, que fica na Unidade Sampaio Viana, lembrando que todo país do mundo sabe que uma creche não pode ser grande, mas que a da Febem acolhia, em 1980, 580 crianças de idades entre 0 e 6 anos. A depoente coloca, então, ante nós, uma realidade monstruosa: 20 crianças para cada atendente cuidar (banhar, trocar a roupa, amamentar, medicar, etc.). Alguma mãe já ousou imaginar-se cuidando sozinha de 20 filhos pequenos? O que ocorre, então, como consequência?

Primeiramente, muitas mortes. É como o chinês que equilibra os pratos girando, no circo. Quando se chega ao último, o primeiro pode ter-se despedaçado. Um número assustador de crianças que morrem sufocadas com a mamadeira ou até com o

travesseiro. Em segundo lugar, cerca de 350 crianças examinadas por Lia Junqueira apresentavam assaduras que iam até a nuca. Disse a depoente: "Um sofrimento silencioso como este, desses bebês, não sei no que pode transformar a mente de crianças sofridas dessa maneira, porque não têm nem quem troque suas fraldas". Lembra, ainda, Lia Junqueira que as crianças para que se desenvolvam têm que ser estimuladas, e que as que se encontram na creche em questão só vão ver a luz do sol com 2 ou 3 anos de idade e vivem em constante subestimulação. Isto resulta numa verdadeira *fabricação de idiotas*. Neste depoimento, que ocasionou muita grita mas quase nenhuma refutação documentada, a Dra. Lia menciona o uso sexual de crianças até de 2 ou 3 anos.

As instituições de *assistência ao menor*, arrebanhando pessoal muito despreparado e ex-policiais especializados em tortura (principalmente no caso das Febem), têm dado material para uma crônica de intenso terror. Como disse, a coisa vai tão além da imaginação que aqueles que a denunciam são facilmente enquadrados entre as figuras sensacionalistas da imprensa. Pois o jornalista Carlos Alberto Luppi fez uma lista, com base em pesquisas suas e depoimentos de meninos internos, dos modos de tortura encontráveis como prática cotidiana no interior da Febem de São Paulo. Diz o jornalista:

"Esta é a triste e dolorosa relação das torturas e maus-tratos: 1) o pau-de-arara, em que o menor é

amarrado e espancado com as mãos presas; 2) ajoelhar em grãos de milho e ficar nesta posição durante um bom tempo; 3) agressão com rodos em chuveiros; 4) violência com cassetetes de madeira camuflados com uma capa de borracha; 5) os castigos em cubículos individuais, onde a ventilação é péssima e o desespero do menor fatalmente o leva a tentar o suicídio; 6) os espetos de varas finas que servem para espicaçar o menor em várias partes do corpo, principalmente os órgãos sexuais; 7) os choques (elétricos), em certas unidades convenientes; 8) as drogas para acalmar os mais violentos e que paralisam as pernas evitando movimentação; 9) os espancamentos conhecidos pela terminologia "ir à missa", onde os garotos apanham nus; 10) a tática de acordar o menor de madrugada, levá-lo para uma sala isolada e aplicar-lhe surras de "aprendizado especial"; 11) isolamento em "cafus", espécie de cadeia medieval e que em algumas unidades sempre existiram em locais subterrâneos; 12) a tática dos "telefones", que consiste em dar tapas com as duas mãos sobre os ouvidos e que leva invariavelmente a problemas de surdez para o resto da vida; 13) a tática do afogamento parcial para intimidar; 14) a tática de deixar os garotos seminus e levá-los a sessões denominadas psiquiátricas; 15) dar tapas na frente dos outros, o que leva à humilhação; 16) chamar a atenção em voz alta, seguido de socos e pontapés; 17) puxar cabelos e orelhas do menor que cometeu alguma infração; 18) os

estupros, com aquiescência dos funcionários; 19) o uso de chicotes para agredir; 20) a tática de vendar os olhos e espancar; 21) agredir o menor e depois isolá-lo em celas onde estrategicamente são colocados vidros para que ele tente o suicídio; 22) o uso de menores para tráfico de entorpecentes, para assaltos e com resultados repartidos; 23) 'bananinha' para dar choques elétricos, de 110 a 220 volts, no interior da pessoa" (a peça "bananinha" é introduzida no ânus).

Temos aí um quadro que se iguala a tantos já descritos em relação ao negro período de repressão política, mas que suplanta este à medida em que nos damos conta de que tamanhas atrocidades são cometidas com meninos e meninas, com adolescentes. Ora, o que um país pode esperar, quando um vasto contingente de sua população infanto-juvenil recebe tal tratamento? Não poderíamos ser tão delirantes ao ponto de pensarmos em um futuro de paz. O que nos aguarda — a não ser que a história seja completamente ilógica — é um futuro denso de violências sociais emergidas de uma entranhada necessidade de vingança. E esta vingança deverá ser contra toda uma sociedade que se mostra apática e conivente com tamanha e tão bárbara repressão ao menor desvalido.

Dados mais recentes do que os da CPI do menor (1975) revelam o número de carentes e abandonados atingindo os 25 milhões de pessoas. Destes 25 milhões, 210 mil são infratores e delinquentes,

em todo o país. Ocorre que as grandes cidades respondem pela quase totalidade desses níveis de abandono e conseqüente delinqüência. E a mencionada CPI do menor concluiu em 1975: "Um país que conta com um terço de sua população infanto-juvenil marginalizada enfrentará no futuro *os maiores problemas sociais do mundo*, inclusive no tocante à marginalidade". Ora, de 1979 para hoje (pensando-se em termos gerais de Brasil), o índice de delinqüência juvenil no país subiu 40%, enquanto que o de violência — assaltos a mão armada e homicídios — teve um acréscimo de 350%.

Segundo os especialistas no assunto do menor, as instituições reformatórias estatais se constituem na mais poderosa fábrica de criminosos que a violência urbana tem, e que terá em escala cada vez maior.

Está na hora de perguntarmos: "o que há conosco? Afinal, somos um povo tão pronto a menosprezar aqueles que nos vão construir o futuro? Ou teremos decaído tanto, ao ponto de pensar que o futuro será criado apenas pelas crianças coloridas dos comerciais de iogurte da TV?"

Lia Junqueira fala, em seu já muitas vezes referido depoimento na CPI da Violência Urbana, do que observou em hospitais psiquiátricos destinados aos menores com conduta "doente". Conta a depoente que, numa dessas casas, foi instalada a prática da laborterapia; os meninos "doentes" foram postos a trabalhar no plantio de feijão.

Gostaram imenso da tarefa e a cumpriram com muita animação, pois podiam ver diretamente o resultado de um trabalho das suas mãos. Quando o feijão estava bonito, aproximando-se a época da colheita, veio uma máquina e destruiu tudo, pois havia o compromisso do Diretor de comprar feijão de uma certa firma. Tudo isto nos põe a pensar: seremos o primeiro país a inaugurar *campos de concentração* para a infância deserdada? Não temos fornos crematórios, mas Lia Junqueira disse ante os senadores que 83 menores seus conhecidos haviam sido mortos em um prazo pequeno de 2 anos.

Estas são ocorrências da cidade grande. Tais não existem na roça ou nos centros urbanos de pequenas proporções.

Até aqui, contudo, tratamos das crianças pobres e miseráveis. E, já vimos, estas não são as únicas abandonadas. Dalmo Dallari, jurista e defensor dos direitos humanos, aponta como estando em abandono: crianças cujos pais não têm tempo para dedicar-lhes, por gana de êxito em sua carreira profissional ou por uma vida social supervalorizada; crianças que freqüentam a escola por 3 ou 4 horas e, no restante do dia, não têm quem se interesse por elas. Frisa Dallari: "Este, aliás, é um fato extremamente comum *nas grandes cidades* e não se tem atentado para ele". Por outro lado, os menores de famílias ricas, entregues a empregados da casa, nunca se acostumarão aos *15 minutos de sorriso*,

pela manhã e à tarde (feito homeopatia).

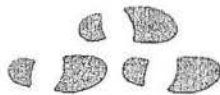
Surgem logo algumas degenerações: sabotagens, toxicomania, mentiras. E, ao perguntarmos se essas vidas também se tornam violentas, basta puxar pela memória: lembrar, por exemplo, do assassinato da menina Araceli. Toda a sociedade brasileira sabe que os seus assassinos eram filhos de gente fina, gente até de altas funções públicas. E mais: a violência não se reduz ao punhal ou ao revólver, bem sabemos.

Os menores da chamada "classe média" vão sendo absorvidos pelo delírio consumista, o que os degenera. Nestes (em termos psicanalíticos) estabelece-se constante desequilíbrio entre o *desejo* e o *poder*. O sistema os obriga a *desejar* intensamente, mas eles não poderão satisfazer a glotonaria do consumo. Não é preciso mais para sua infelicidade.

De tudo que tratamos neste capítulo, tira-se que não somos capazes de respeitar grande parte das nossas crianças. Que isto fica mais evidente nas cidades grandes. Nascido mais um filho ou filha, vem logo a expressão medonha: "mais uma boca!". A alegria do filho é reduzida, pelas penúrias, a uma boca, a um buraco surrealista que come e reclama de dor e miséria. Portanto, não há dúvida: temos um modelo político-econômico a ser questionado. Um comportamento estatal a ser revisto com a boa vontade dos que não querem esmagar o futuro do seu povo. Veja-se: o Estado de São Paulo (o menos pobre!) investiu, na vida e na recuperação dos seus

menores infratores, cerca de 3 bilhões de cruzeiros, sendo que só a Rodovia Bandeirantes (que liga São Paulo a Campinas) consumiu mais de 6 bilhões de cruzeiros.

Os violentos crimes que hoje nascem de mãos quase infantis, dizem vidas principalmente entre os privilegiados, e nem nos damos conta de que são crimes *nossos* — dos que esmagam e dos que permitem seja esmagada a matéria-prima do futuro. Isto lembra Jesus Cristo: "Duro é o meu discurso; quem tem ouvidos para ouvir, ouça-o".



AS DUAS CARAS DO CRIME

O panorama dos crimes sociais é muito amplo. Quando nos dispomos a compreender a realidade — sobretudo a urbana! — vemos que é necessário ultrapassar os limites especializados do Direito para que o crime seja visualizado e entendido em sua plenitude. Penso que todos estaremos de acordo em que há um tipo de violência especificamente criminosa, juridicamente passível de punição; mas há também outro tipo — e de ampla existência — que só é crime em “linguagem figurada”. Isto é: uma violência que já faz parte da nossa forma diária de vida e que não é visada pelos códigos penais.

Usam-se expressões como : “violência vermelha e violência branca”, “manipulação brutal e manipulação sutil” ou simplesmente “brutalidade e opressão”, todas estas oposições significando a convivência entre nós de *violências criminosas* (puní-

veis) e *violências institucionalizadas* (aceitas até pela lei). Conforme já dissemos, o exemplo máximo dessa convivência encontra-se na concentração urbana. Assim, parece ser de toda conveniência que façamos uma trajetória no presente capítulo, que percorra desde o vermelho mais intenso até o branco mais branco das violências brutais e das sutis. Só assim perceberemos que, no final das contas, o “crime propriamente dito” e o “crime em sentido figurado” são ambos crimes contra os direitos do homem, os primeiros implacavelmente perseguidos pelas forças do Estado, os segundos às vezes até legitimados por este mesmo Estado. Porém, ambos são existencializados como crimes.

A violência é típica do ser humano. Ao longo de toda a história ela se tem feito presente. Ela sempre se originou de necessidades e interesses antagônicos geradores de um clima de disputa, de medição de forças. Todos percebem, porém, que jamais esta coisa *do homem* atingiu limites tão desumanos quanto agora — e marcadamente nas cidades grandes. É claro que o crime pode ter várias causas, que ele pode ocorrer por meros distúrbios orgânicos, como uma disfunção da glândula tireóide que transforma o mais pacato cidadão em um agressor de alta periculosidade; ou como uma doença mental (“surto psicótico”) que até hoje não se sabe com toda segurança como começa e se desenvolve, mas que é terrível.

Entretanto, as estatísticas mundiais mostram que a maior parte dos crimes (e até mesmo das doenças mentais) resulta da opressão das injustiças sociais, da miséria financeira ou afetiva. De modo que somos levados a pensar que, descontados os distúrbios orgânicos e as doenças mentais com suas conseqüências, *todos os demais crimes são políticos*. A distinção prática que se faz entre "criminoso comum" e "criminoso político" (presos comuns e presos políticos) é realmente curiosa. Ambos se meteram numa disputa de poder e pretendem a contestação ou a manutenção de uma dada ordem social.

Acontece que o "criminoso comum" faz *política miúda*, isto é, menos consciente e com freqüência traduzida por rixas e episódios de vingança pessoal; já o "criminoso político" faz *política graúda*, no sentido de que se mostra socialmente mais consciente quanto à maneira segundo a qual as forças se entrechocam na sociedade; isto significa que os últimos visam, de forma clara, uma estrutura ou sistema de poder. Mas atitudes políticas não são só aquelas que se dizem políticas. Elas estão presentes em toda combinação de forças que visam manter ou corroer uma dada ordem social.

Eis-nos, portanto, de retorno ao político, que é aquilo que caracteriza basicamente todo espaço ocupado pelo ser humano. Ora, onde está o político estão as disputas e estas trazem consigo desde



O "criminoso comum" faz política miúda;
o "criminoso político", faz política graúda.

os discretos arranjos diplomáticos até as trombadas dos pivetes e as organizações sofisticadas para o crime. Trazem também consigo as punições. E aí se vai formando *um circuito fechado* de setores sociais fazendo cobranças uns aos outros.

No presídio de Attica, no Estado de Nova Iorque, deu-se em 1971 uma rebelião de presos que ficou histórica e da qual se fez até um bom filme de cinema. Os presos, desesperados com maus tratos, capturaram 30 guardas como reféns e, praticamente desarmados, acamparam no pátio do presídio exigindo melhores condições de tratamento e anistia para muitos. Dispunham de facas de fabricação precária e, com estas, ameaçavam os reféns. Certo repórter, conversando com um dos líderes da rebelião, ouviu deste o seguinte: "Eu cometi um crime. Fui preso e meu crime foi julgado por este Estado. O Estado entendeu que eu tinha que pagar por tudo que fiz, e até aí acho tudo muito certo. Mas depois de fechado nesta prisão, tenho sido roubado por guardas, tenho sido maltratado e passado fome com uma comida que é um lixo. E não há quem acuse ninguém por me fazerem isto. Isto está errado, não aceito".

Este preso não estava consciente de um dado terrível da política social. A sociedade, através da Justiça, deve punir o crime. Mas aí se estabelece um impasse: o dano já aconteceu; portanto, o crime é um ato do passado e fica impossível punir o que já foi. Contudo, a sociedade não abre mão de

reagir contra o crime; assim, busca alguma coisa do presente que o simbolize, alguma coisa que seja uma forma indireta do crime continuar vivo, e pune severamente esta coisa. Ora, o símbolo mais vivo do crime é o próprio criminoso, e aí se inicia um processo de, consciente ou inconscientemente, destruir o criminoso. Pois veja-se: este mesmo processo, que ocorre da parte da sociedade para com o criminoso, ocorrerá da parte do criminoso para com a sociedade. Crimes dos quais o detento ou ex-detento se sente vítima, este só poderá "vingá-los" no símbolo dos seus sofrimentos passados, que é o presente corpo social.

Nelson Rockefeller fez as tropas estaduais entrarem na prisão de Attica prontas para um massacre, no qual morreram inúmeros detentos e dez dos reféns. Feita a necrópsia, ninguém havia sido morto pelos presos. Todos estavam crivados de balas das tropas de choque. Era o lado mais forte, o poderoso Estado de Nova Iorque, exibindo todo o seu poder de fogo em uma ação claramente política de disputa do mando. Assim, a relação entre os crimes e as punições a estes têm a ver diretamente com o espantoso crescimento do índice de violências propriamente criminosas, no meio social. Porém, conforme já dissemos, a chamada violência urbana não se restringe às ações juridicamente puníveis.

Tomando o assunto em sua devida amplitude é

que devemos prosseguir, de forma a que fique mostrada a convivência da brutalidade punível com a opressão não apenas tolerada mas, às vezes, até legitimada pelo Estado.

Se é verdade que assaltos, latrocínios e homicídios não existem somente no grande centro urbano, é verdade também que em nenhum outro lugar se teme essas coisas com mais intensidade. Isto está ligado não só à *quantidade* desses crimes verificada na metrópole, mas a um fator qualitativo que lhes empresta uma dimensão aterrorizante. É que algumas modalidades de violência, ainda que não sejam propriamente "razoáveis", obedecem, nas cidades pequenas e até no meio rural, a uma certa lógica para que aconteçam. Nestes lugares, mata-se por determinadas razões que o grupo humano dali pode compreender com certa facilidade; ladrões e assassinos parecem proceder de forma mais coerente com uma relação de causa-e-efeito, o que permite — sobretudo pelas dimensões reduzidas do grupo humano — uma certa margem de "previsibilidade" quanto aos momentos perigosos, os bares e recantos mais mal frequentados e os procedimentos capazes de defenderem os cidadãos dos riscos piores.

Viver na metrópole já se transformou, em larga medida, em uma verdadeira prática de *roleta russa*, um jogo de azar muito perigoso. Há um caráter gratuito no assalto, no latrocínio, no homicídio, expondo cada morador a uma irracionalidade

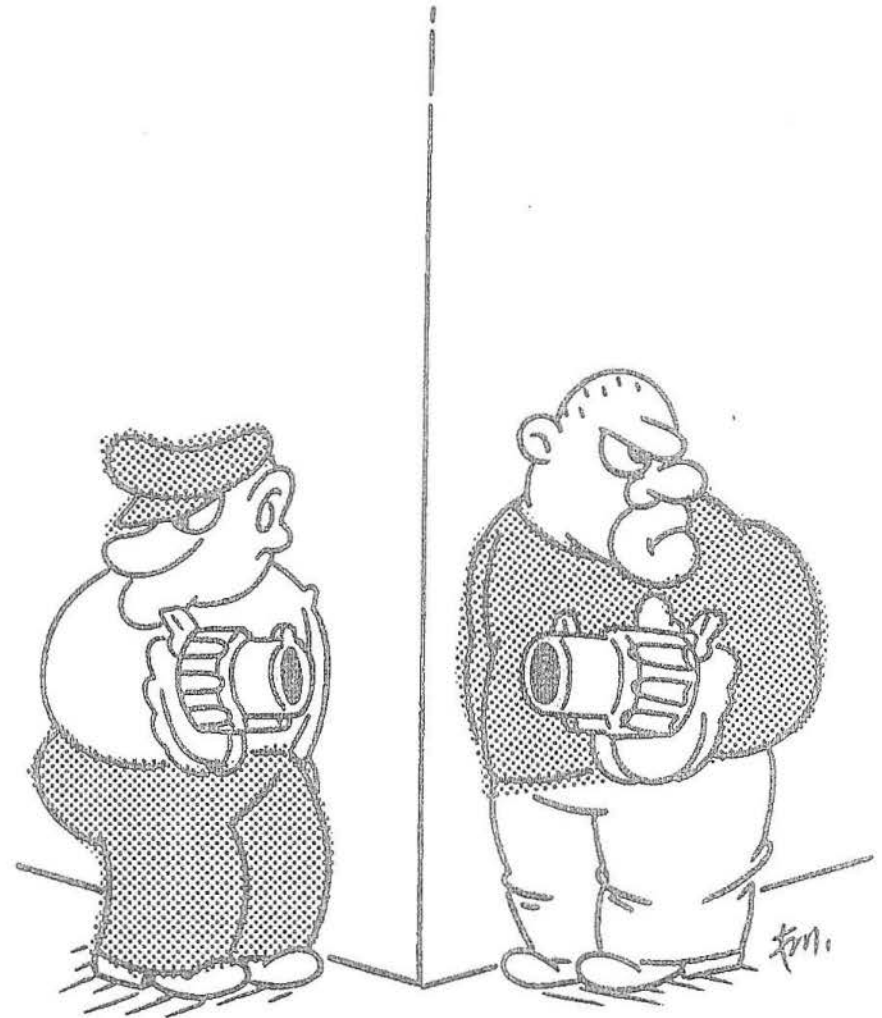
social chocante. E os meios de comunicação alardeiam em suas seções policiais a falta de motivações imediatas para atos tão brutais, alimentando cotidianamente um pavor crescente que neurotiza a população e faz com que os cidadãos tomem duas providências básicas: a) apontarem sempre a ineficiência da polícia, e b) comprarem armas para a autodefesa. Isto traz como consequência que a polícia, *também* por causa das críticas constantes, se torne mais e mais violenta e os populares que lhe ataçaram o ânimo venham a ser vítima da própria violência policial. Por outro lado, uma população armada passa a apresentar reações demasiado tensas e ousadas, ocasionando crimes inteiramente despropositados.

Da mesma forma, ainda que não sejam realidades exclusivas da cidade grande, é nesta que os estupros terão seu mais elevado nível de incidência, freqüentemente marcados por uma certa necessidade de "vingança" que se volta contra o símbolo de muitos crimes e frustrações que é a própria sociedade. Na verdade, um meio humano que apresenta tão grande número de ladrões, prostitutas, estupradores e pederastas não pode dar, de si mesmo, uma imagem acolhedora e justa. Não que alguém esteja autorizado a lançar sistematicamente um olhar preconceituoso sobre os que vivem condutas socialmente divergentes; todos nós, porém, devemos olhar com fortes desconfianças para uma sociedade que produz com tamanha

abundância situações desesperadoras provenientes dessas condutas.

Para um morador mais consciente da cidade, não há nada mais agressivo do que a promiscuidade a que são forçadas as prostitutas, sobretudo quando se sabe que a opção pela prostituição é, em sua esmagadora maioria, produzida pela miséria. Também para o habitante do grande centro que se dedica a pensar mais seriamente a sua realidade, os estupros e demais crimes sexuais já não podem ser vistos como fatos isolados de uma crônica cotidiana, mas devem ser integrados no vasto conjunto de lamentáveis efeitos que têm por detrás de si, por sua vez, um conjunto de causas que o próprio sistema social oculta cuidadosamente.

Há, porém, um bom número de brutalidades que nascem do vazio existencial. São tendências destrutivas que resultam de um tédio crescente, entendendo-se que *tédio* é o apelido que se dá a uma perda total de fé no futuro, a uma morte das esperanças pessoais e coletivas. Pessoas traídas por suas religiões, por ideologias e partidos, por todas as promessas, enfim, são seres humanos para os quais restou pouca coisa da vitalidade interior e que fazem facilmente opção por uma última forma de prazer: o prazer de destruir a própria vida, vingando-se de quantos os enganaram e até de si mesmos. Se pudéssemos conseguir que os meios de propaganda da sociedade industrial levassem a sério o que acabamos de dizer — e que é interpretação do



Disputas entre quadrilhas: lugar-comum do cotidiano da Baixada Fluminense.

pensamento do psicanalista Erich Frömm, exposto já há alguns anos —, como ficariam as consciências dos *fabricantes de promessas*?

Nos Estados Unidos principalmente — o paraíso do consumo! — essas agressões de massa inteiramente absurdas constantemente vêm-se exibindo. É o assassino de Atlanta exterminando negros. O jovem que sobe à torre de uma Universidade, muito armado e carregado de munição, para matar estudantes e funcionários indefesos que transitam lá embaixo. Inúmeras violências que vêm não somente do fundo poço da miséria financeira, mas às vezes brotam de uma outra cisterna igualmente perigosa: a do *vazio existencial*, muitas vezes até mais característico da abundância. Uma nota, porém, chama-nos a atenção: são violências que ocorrem nas cidades grandes ou que, nascidas ali, vão arrancar sangue das pacatas comunidades rurais ou de pequenas cidades — estas últimas surpreendidas e quase sempre indefesas, uma vez que não vivem tensas de medo e com o instinto de defesa tão desenvolvido.

Mas voltemos a brutalidades cujas razões não se baseiam propriamente no vazio existencial, mas no sistemático aviltamento da pessoa humana.

A UNESCO, após acurada pesquisa mundial, apontou a *baixada fluminense* como o lugar mais violento do mundo. É, a *baixada fluminense*, composta por um aglomerado de cidades às vezes bem próximas que gravitam em torno do Rio de

Janeiro, tendo seu início mesmo em subúrbios daquela capital. Se isto não é uma definição cartográfica, o mapa da *baixada*, é pelo menos o desenho da considerada área mais violenta do mundo. Ali, assassinatos, latrocínios, perseguições, estupros, disputas entre quadrilhas são lugares-comuns do cotidiano. E já se disse que aquele canto do Brasil chegou à situação quase surrealista segundo a qual os comerciantes trabalham por trás das grades enquanto os criminosos andam soltos. Sim, porque as lojas e vendas têm grades sobre os balcões ou pequenos guichês de atendimento do público em razão do número absurdo de assaltos e violências contra os estabelecimentos que abastecem a população.

Pois a cidade de São Paulo conseguiu sintetizar isto, conseguiu ter uma *mini-baixada* em seu próprio centro comercial. Refiro-me ao Edifício Itália, o maior prédio comercial da América do Sul, por onde passam em trabalho cerca de 60 000 pessoas por dia. Naquele edifício há um clima constante de pavor, pois os seus muitos andares registram uma média de 6 assaltos por dia. Quando nos dirigimos aos escritórios e agências de recebimento de certas empresas no Edifício Itália, vemo-los trancados por portas de aço, protegidos por serviços de interfone. Os empregados passando o dia por detrás das grades, como na *baixada fluminense*. Para um conhecimento da violência/crime na metrópole paulistana, talvez se possa dispensar maiores

andanças e baste uma visita bem observada a esse estranho mundo do Edifício Itália.

As manifestações de brutal agressividade multiplicam-se nos centros urbanos desenvolvidos. E tudo resulta da FOME. Desde os mais clássicos estudiosos do homem e de sua vida, sabe-se que há *uma fome* que brota do estômago e faz doer a vida e *outra fome*, igualmente dolorosa, que nasce e se esparrama pelos espíritos carentes e ofendidos. Nenhum sistema aviltará a pessoa impunemente. Todas as discriminações típicas da selvageria consumista são açuladoras da fome; de um tipo ou de outro, como também de ambos os tipos ao mesmo tempo. Em páginas anteriores aludimos à infernal dimensão que deve ganhar a fome (do estômago) quando tem que ser existencializada ante as fartas vitrinas de comida cara.

Entendemos que, postos à parte todos os motivos de desequilíbrios mentais, todas as modalidades de agressão emergem de um clima social no qual o aviltamento da vida humana se transforma em mais uma mercadoria do sistema de lucros infundáveis. Crianças e jovens são seqüestrados para arrancar dinheiro dos acumuladores, seqüestros e mortes também se dão por razões políticas — por anseios de contestação — e todas as modalidades de terrorismo significam, ao fim de tudo, uma triste demonstração de impotência. Conforme já disse anteriormente, a brutalidade vem a ser a violência dos fracos.

Este aviltamento da pessoa, em nosso país, degenerou rapidamente grande parte da estrutura policial; ou a degenerou tornando-a excessivamente violenta e desumana em seus métodos de ação ou, o que ainda é pior, corrompeu-a a um ponto em que hoje é difícil distinguirmos a ação do bandido da ação do policial. Sabe-se que inúmeras são as quadrilhas e inúmeros os menores infratores que matam e roubam agenciados por policiais.

Supomos seja este um modo de se visualizar o lado mais *vermelho* da violência urbana, aquele aspecto da violência no qual o sangue está sempre presente e cheirando forte, seja no ato de um ferimento ou apenas no sentimento da sua possibilidade.

Mas, tendo visto todas estas coisas, infelizmente não vimos tudo. Na verdade, só vimos o lado mais espetacular da agressividade urbana. Convivem com este violências numerosas sobre as quais nem a polícia e nem o aparato judicial têm poder. É importante notarmos que, na grande cidade, já nos vamos acostumando de tal modo às ameaças constantes e às perdas de qualidade de vida, que nossa noção de violência se mostra doentamente tolerante. Por exemplo, um quarto daquilo que nós achamos ser violência, é violência completa para o homem do campo e das cidades pequeninas e integradas.

Um primeiro modo de opressão se encontra nas *formas de habitação* do povo metropolitano. As

crianças bem aquinhoadas economicamente nascem em ótimos hospitais mas depois irão, melancolicamente, crescer em vastas mansões com saunas, salas de jogos, de música, etc., que mais se parecerão com um particular clube de diversões. A assistência de enfermeiras e criados, pela comum ausência dos pais, liquida a dimensão lareira — a casa não tem “cara” de lar. Isto é o que, no mais das vezes, ocorre com as crianças que têm recursos. Porque as de situação financeira mediana, nascidas também em hospitais razoáveis, irão depois crescer no interior subestimulante e limitador dos apartamentos. Não há nada mais absurdo do que uma criança trancada num apartamento. Além da necessidade que ela tem de espaço para a exploração da vida, logo começam a se chocar os direitos: a criança tem todo o direito de brincar e os adultos, cansados dos seus trabalhos, têm todo o direito de repousar. De tal sorte que os apartamentos se constituem em um abrigo apenas tolerado pelo adulto, e na primeira grande frustração da criança.

Se, por outro lado, olhamos para a pobreza posta nas piores condições de habitação, amontoadas em favelas ou sujeita à promiscuidade de vilas que são sempre os focos principais das epidemias, deprimimo-nos de vez. Em alguns casos excepcionais, o crescimento psicológico da criança pobre pode ser até melhor que o daquela que habita apartamentos, mas as suas limitações severas de alimentação, vestuário e outras coisas batalham

constantemente para a sua desumanização crescente. É uma consideração óbvia, mas que jamais será demasiado repeti-la.

Mesmo assim os locais de habitação continuam sendo, em larga medida, o esconderijo que o homem urbano tem para furtar-se às ameaças da cidade. A casa é o “laboratório submarino” cercado dos perigos cotidianos, no qual nos escondemos com mais freqüência do que temos consciência. Assim mesmo, pondo-se de parte os muito ricos, para a maior parte do povo o fato de poder pagar um barraco, uma pequena casa, um apartamento, poder adquirir casa própria é a façanha que marca a afirmação final de uma vida que não foi vã. Neste momento, entram em cena os especuladores do comércio imobiliário — e entram implacavelmente! As dificuldades causadas por uma *especulação imobiliária selvagem* podem perfeitamente configurar um segundo modo de opressão urbana.

Há, todavia, um terceiro modo de opressão que precisamos considerar de forma mais detida. Refiro-me à *burocratização das relações humanas*. Estamos naquilo que se chama “sociedade organizacional”, isto é, nascemos em organizações (hospitais), estudamos em organizações, trabalhamos em organizações e muitas vezes voltamos à organização hospitalar para morrer; depois disto, uma organização funerária faz-nos o enterro, autorizada pela grande organização que nos declara legalmente mortos: o Estado. Neste cipoal, se a burocracia é

precária, sofremos muito pela sua falta de aperfeiçoamento. Se a burocracia se mostra extremamente eficiente, não temos sossego: ela nos invade até a privacidade. Há, porém, uma nota constante da burocracia (precária ou não): ela produz sempre o "desaquecimento" do humano, o resfriamento das relações.

Tomarei um exemplo dos mais clássicos de burocracia medonhamente precária: o INAMPS. Sem precisar de nada, entrei de propósito em um centro médico e administrativo e me pus na longa fila dos necessitados. Vi que aquela pobre gente primeiro ia a um balcão e lá pegava uns pedaços de papelão com números. Então, a atendente ia gritando os números pela sua ordem, sendo que cada qual com seu cartão acorria à chamada. Meu vizinho de fila, por máxima coincidência, além de homem tímido era bastante surdo. Como trazia seu cartão fechado na mão, seu número foi chamado e ele não atendeu — nós não sabíamos que era o seu número. Vi, então, o pobre homem ser transferido para o final da fila: "quem não atende a chamada, só atendemos depois de todo mundo!", disse uma funcionária. Adiantei-me e argumentei que o cidadão não ouvia bem. Recebi de volta: "E o senhor não atrapalhe. Vai querer mudar nosso serviço?".

E as filas do INAMPS não são a única expressão lamentável do mundo burocrático. Há as Universidades com seus computadores mal trabalhados, os hospitais com suas "fichas de internação" intermi-

náveis como um interrogatório policial, as companhias telefônicas com seu tratamento mecânico às angústias dos clientes, etc. Não há quem não se sinta violentado com tudo isto, com um meio no qual as manifestações de amizade e simpatia passaram a causar desconfiança. É o "desaquecimento" do humano, para não dizer que seja a sua deterioração. O pior é que não há desburocratização, por mais mágica, que seja capaz de romper esta cadeia de violências. Isto porque, freqüentemente, o que se tem chamado de desburocratização não passa de um apenas barateamento da burocracia que, como consequência, simplifica um pouco a papelada. Mas o racionalismo social não pode abrir mão do seu aparato burocrático.

Quando tomamos todos os dados tratados até aqui e os superpomos a um quadro que, especificamente em nosso país, se baseia em alto e crescente índice de desemprego ou se calca na luta árdua dos subempregados por mínimas condições de sobrevivência, concluímos a pintura de uma sociedade sofrente — e semelhante a tantas outras pelo mundo! Se no campo trabalham por um quase nada os bóias-frias, é preciso que não ignoremos os bóias-frias do asfalto que, como há pouco tempo ocorreu, têm que deixar sua criança trancada em casa na companhia de um cão perigoso e, na volta de uma labuta forte, encontram a criança morta pelo animal. Quando dizer estas coisas dá a impressão de que se está apelando para lados dema-

siado dramáticos da cidade, devemos parar para pensar. Parar para, num esforço de autoconscientização, sentirmos o quanto estamos anestesiados, insensibilizados para o que destrói a qualidade da vida à nossa volta.

Nas ruas, a ameaça dos automóveis em um trânsito que já mencionamos como muito agressivo. E, quando os tecnocratas pensam em remediar o pânico dos pedestres, pioram as coisas, pois as pistas vão ficando mais largas e . . . as calçadas mais estreitas, não importa que algumas vezes pouco mais seguras. Outra bombástica medida técnica para se obter a distensão do trânsito é a trabalhosa construção de metrô, de conduções coletivas que correrão por baixo da terra para que sobre espaço mais folgado aos automóveis. Tudo isto por preços astronômicos, tudo querendo ser medida que alivia o homem metropolitano, na verdade beneficiando o capital das máquinas que, conquanto ainda não tenham expulsado os pedestres das ruas, já os amedrontaram bastante.

Como disse, em conferência de agosto de 1974 em São Paulo, o professor Lopez-Rey, todos os que moramos nas grandes cidades somos marginais. Podemos concordar com o conferencista por pelo menos duas razões: a) porque a tendência do homem metropolitano é a de se ir enclausurando no interior do seu grupo social, de se ir resumindo às amizades mais próximas; b) porque todos nós que gostaríamos de participar na *produção de um*

espaço amigo vemos logo que nossa vontade não conta neste verdadeiro festival de imposições que é a grande cidade. Se, em condições normais, a vontade das pessoas tende a ser neutralizada nos centros urbanos desenvolvidos, quando existe então um regime de fundos traços ditatoriais na defesa de todo um sistema de exploração do trabalho, a falta de participação política passa a ter suas bases também no regime. Temos, no entanto, que reconhecer que mesmo em países de avançada democracia as metrópoles vêm sendo tidas como problemas, como alienadoras.

Assim, aceitando a colocação de Lopez-Rey, somos todos marginais na metrópole. De um lado estão os *marginais* assim tidos pelos aparelhos policiais e jurídicos (os assassinos, ladrões, etc.); de outro, estamos nós, *marginais auto-iludidos*, afundados em nossas omissões ou dando francamente nosso aval às discriminações conseqüentes à deformação sócio-política reinante.

Atentos aos fatos, mas fugindo de cair na armadilha de "casos isolados", tentamos perpassar os aspectos mais gritantes do panorama vasto e jamais esgotado das violências urbanas. Voltamos, no entanto, a afirmar que as cidades não são mais que materializações palpáveis de erros políticos escamoteados.



É ISTO UM APOCALIPSE?

À medida em que até aqui trabalhamos no sentido de desnudar os principais defeitos da cidade grande, provavelmente tenhamos montado um tal quadro que evoque imediatamente o soar das trombetas do apocalipse. Serão, as metrópoles, organismos definitivamente enfermos? Como pensarmos em transformar uma tal realidade que, conforme já se disse, escapa inteiramente à nossa participação criativa? Não será mais inteligente e sensato admitirmos que, num quadro geral de decadência da civilização do Ocidente, não há qualquer esperança de re-humanização para as grandes cidades de vez que estas já deram o que teriam de dar?

Quisera ser um decidido pessimista, pois o pessimista é o único sujeito que descobriu a verdadeira fórmula do descanso. Ora, se tudo está perdido não

resta muito mais do que contemplar o espetáculo. Dois ou três suspiros fundos, um lamento e mais nada. Daqui para a frente é lavar as mãos, cruzar os braços e só descansar.

Ao mesmo tempo que penso nestas coisas, sinto uma profunda certeza de minha pessoal incapacidade para o pessimismo. O pensador Zargwill disse certa vez: "Tirem-me a esperança de mudar o futuro, e enlouquecer-me-ão". Esta posição de Zargwill, que já traz em si um certo tom de abandono e desespero, é alguma coisa com a qual me afino inteiramente. Então ressalta a importância de diferenciarmos bem três termos: *pessimismo*, *otimismo* e *esperança*, pois só se é pessimista ou otimista por razões objetivas. Isto é: costumamos dizer, em nossa prosa cotidiana, "sou pessimista pelas seguintes razões", ou "sou otimista pelas seguintes razões". Temos sempre motivos bem objetivos e identificáveis para sermos pessimistas ou otimistas. Esperança, já frisaram os pensadores, é alguma coisa que se tem "a despeito de" não termos qualquer razão objetiva para citar.

Andando pelas metrópoles, lendo-lhes o noticiário policial, sentindo sua incapacidade de realizar o ser humano, constatando o profundo desrespeito que ali existe pelo espaço humano e pela qualidade do ar que é quase sempre de má para péssima, e sobretudo vendo a impotência dos habitantes para transformar a realidade cidadina, não podemos reunir razões objetivas para qualquer

otimismo. Dizer que há coisas muito palpáveis que nos indicam de perto que é viável *regenerar* o danificado organismo das metrópoles, soa quase como um delírio. Todas as violências, que praticamente se constituem na estrutura de vida dos grandes centros, deprimem-nos.

Como resido perto de São Paulo, às vezes tenho que desembarcar no terminal de ônibus do Parque D. Pedro II. Sempre desço da minha condução e primeiro passo uma olhada geral por aquele vasto campo de batalha (o Parque D. Pedro II). Os pedestres ali se atiram a formidáveis aventuras cotidianas que são apenas travessias de ruas onde carros, ônibus e outros veículos praticamente se atiram contra a massa humana. Entro nessa aventura, para atingir a Ladeira Porto Geral e ali, agarrado à minha bolsa e aos meus pavores bem disfarçados, tenho que parar para observações das quais só o insensível escapa. Todos precisam viver, todos precisam defender o próximo prato de comida, a fêria do dia ou o rendimento mensal — e tais necessidades se transformam em impressionante espetáculo. Um aleijado bate pandeiro com o coto de braço, jovens marginalizados do sistema efetivo de trabalho esgüelam-se pelas calçadas, apregoando calças *jeans*, cocotas e fotografias astronômica-mente rápidas. Ambulantes que quase agriem, tão necessitados estão de vender. Meninos e meninas procuram vender botões de rosa ou canudinhos de amendoim, passeando entre os demais sua pouca

higiene e sua subnutrição visível. É como se ali a temperatura da vida subisse a limites quase insuportáveis e tudo corresse e se movesse com uma brutalidade que só a fome de sobreviver sabe criar. E como a Ladeira está longe de ser o pior lugar para se transitar, em São Paulo, ficamos imaginando o que se passa por todos os cantos da mais poderosa metrópole da América do Sul.

Eis pôr que *otimismo* em relação à cidade grande toca os limites do delírio. Se nos basearmos em elementos palpáveis, visíveis, ficará mil vezes mais fácil chegarmos ao pessimismo. Todos os esforços de técnicos e autoridades para acudir a cidade de Nova Iorque não lograram tirar-lhe o triste título de "uma das cidades mais violentas do mundo". Vemos, no lado europeu, Roma, Madri e outras metrópoles, vivendo climas de grande tensão causada pela violência crescente. Há, hoje, cientistas de renome defendendo a idéia de que retornamos a certo tipo de barbárie.

Mas, antes de entrarmos no descanso (ou na loucura) do pessimista, temos que examinar alguns pontos importantes.

No futuro moram *todas* as possibilidades, as más e as boas. Assim, os pessimistas podem ter total razão, mas não têm que ter necessariamente razão; a história do homem é muitas vezes história de surpresas. Não faltarão exemplos disto, aos que se ponham a investigar o tecido histórico. Chamamos de *raciocínio indutivo* a algo assim: olhamos para o

que se vem repetindo ao longo da história e concluímos que isto vai se repetir sempre. Mas já houve quem nos lembrou que se o sol até hoje nasceu e se pôs, nem isto garante que o sol nascerá amanhã. Aristóteles, antes de Cristo, ensinava que uma das cláusulas da chamada lei das probabilidades garante que o improvável pode acontecer. O mundo não está criado e inalterável; com ele, nossa vida está tensa para um futuro onde estão *todas* as possibilidades. Cuidemos para que esta idéia não nos aliene e nos torne conformistas. O futuro será também um produto da nossa ação.

Serão, os espaços metropolitanos, passíveis de recuperação?

Neste capítulo gostaria de expor os fundamentos de uma esperança que tenho e que me moveu a escrever este livro. Quero mostrar indícios de que possamos nutrir com inteligência nossa esperança. São idéias utópicas. Mas o pensador perguntou: "Não será a verdadeira utopia acreditar que o Homem possa um dia dispensar a Utopia?". Utopia é aquilo que *ainda não* teve lugar (não pôde acontecer), mas jamais significou aquilo que não teve *nunca terá* lugar entre nós.

Parece claro que, se os problemas da metrópole surgiram de imposições alienantes, que cercearam a *participação* dos cidadãos na produção do seu espaço, uma primeira esperança será a de reconquistar a participação do povo. Até bem pouco pensávamos ser quase impossível a *organi-*

zação popular em nosso Brasil enorme e dito "individualista". No entanto, a esta altura é preciso fazer-se justiça apontando o papel da Igreja Católica em anos recentes, na reconquista de nossa fé nas forças populares. O movimento das Comunidades Eclesiais de Base apostou na libertação destas forças e a aposta foi bem sucedida. Daí, surgiram (entre nós) as chamadas *associações de bairros* e, de suas conquistas, as *assembleias do povo*. Doutra lado e ao mesmo tempo, avançava a *organização sindical*, mostrando-nos que o povo não é matéria informe. Que pode articular-se para a participação. Se as CEBs são fenômenos dos meios rural e urbano, os outros movimentos mencionados são tipicamente urbanos.

Creemos, hoje, no amadurecimento dos movimentos populares que poderão vir a ser a chave da recuperação do humano nas grandes cidades. Ainda é coisa do futuro, pressupõe uma caminhada, mas acena com mais nítidas esperanças quanto à melhoria dos grandes centros. Sem participação política de todos os setores da sociedade urbana, as esperanças morrerão. Ou as bases aprendem a pressionar os governos ou marcharemos para o caos.

O aperfeiçoamento dos sistemas de participação não pode gerar um otimismo apressado, mas é um elemento nada abstrato de esperança. Ele levanta uma reflexão tirada do próprio conteúdo social. Já em 430 a.C., na Grécia, escrevia Péricles: "Sentimos dentro de nós uma preocupação constante

não só pela nossa casa, como também pela nossa cidade. Embora estejamos voltados para ocupações diferentes, todos nós temos uma opinião própria acerca dos problemas da cidade. *Todo aquele que não participa dos problemas da cidade é considerado, entre nós, um mau cidadão, não um cidadão silencioso.* Somos nós que decidimos os assuntos da cidade ou, pelo menos, refletimos sobre eles profundamente”.

Proponho, porém, que desçamos a considerações ainda mais vitais, que envolvem a biologia mesma do homem. Henri Laborit, grande biólogo, ensina que o cérebro de todos nós é formado por três cérebros: o do réptil, o do mamífero e o do homem propriamente. Quer dizer: ao longo de milhões de anos, um cérebro simples de réptil foi sendo envolvido por outra massa cerebral (“calote cortical”), surgindo, deste acréscimo aperfeiçoador, os mamíferos. O cérebro dos antigos répteis continua em pleno funcionamento dentro da nossa cabeça e os médicos se referem a ele como o “núcleo do hipotálamo”; da mesma forma o cérebro dos primeiros mamíferos, sendo que os médicos o chamam de “sistema límbico”. Há, porém, uma camada fina que envolve estes dois cérebros mencionados: o *cérebro imaginante*, a única massa cerebral que só é encontrada no ser humano. Como explica o Dr. Laborit, o *cérebro reptiliano* responde pelas reações mais rudimentares do nosso comportamento, como, a partir da fome, da sede, frio ou

excitação sexual, a busca de alimentos, água, a delimitação de um território para viver e abrigar-se, o cio e o acasalamento. Já o *cérebro mamífero* é um sistema eficiente de coleta e retenção de dados, desenvolvendo a *memorização* e tornando-nos ritualísticos (hábitos, costumes e ritos).

Mas o *cérebro imaginante*, tipicamente humano, mostra-se capaz de combinar os dados da memória de infinitas maneiras: capaz de *inventar*. Se os dois primeiros cérebros procuram a sobrevivência, suas funções são de *preservação*, o cérebro imaginante apresenta funções que visam à *libertação* humana, em todos os sentidos. Inventando, o homem se torna capaz de superar a si mesmo; inventando, ele resolve seus impasses e pode melhorar sua vida. Mas Laborit também esclarece que a parte tipicamente humana é a menos desenvolvida do nosso conjunto cerebral. Há uma espécie de dominação do réptil e do mamífero sobre nosso lado humano, mas parece que o cérebro imaginante tende a se desenvolver e a se libertar — caso o próprio meio social não lhe tolha o desenvolvimento. Afinal, são tantas as repressões sociais! Aliás, Laborit pensa que nossas cidades estão em má situação justo porque o “neocórtex humano” (cérebro imaginante) ainda permanece o menos desenvolvido.

Como se vê, isto nos põe também ante uma esperança biológica. Pode ser que as coisas dêem errado com nosso desenvolvimento cerebral; mas pode também ser que dêem certo e consigamos fazer do

nosso espaço algo mais humano, menos de réptil ou de simples mamífero. Porque grande parte das nossas iras são explosões de revolta ante as representações sociais sobre nossa criatividade (faculdades inventivas).

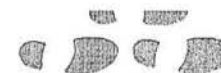
As cidades criaram o que nós chamamos de *interdependência*. Muitos homens habitam um espaço pequeno porque uns dependem das contribuições dos outros. Mas enquanto as cidades pequenas (e em parte as médias) conseguiram manter o lado afetivo da interdependência, os grandes centros substituíram a afetividade por uma relação humana "comercial", que se baseia num jogo mais descarnado de obrigações coercitivas. Assim, se os habitantes das cidadezinhas agem desta ou daquela forma "em consideração aos conhecidos" ou "zelando por um bom nome familiar", os habitantes da metrópole (respeitadas as exceções) são eternos fiscais cobradores dos seus semelhantes; sabendo que ali não é fácil as pessoas se conhecerem e se estimarem, adotam uma atitude destituída de afetividade e marcada pelos códigos urbanos utilitaristas. De sorte que a lógica do industrialismo está mais uma vez por detrás e sua atuação será tanto pior quanto mais selvagem for o capitalismo que a promove.

Já foi o tempo em que podíamos dizer aos familiares: "a rua está ficando perigosa", pois o perigo, visível ou disfarçado, é onipresente agora no espaço das metrópoles. Portarias de prédios de aparta-

mentos assemelham-se a guaritas de caserna e os moradores vivem em neurótico sobressalto. Nas casas, os muros e grades são altos e os moradores têm que dedicar tempo ao cuidado dos seus cães bravos e das suas armas. Neste ambiente de guerra, as crianças crescem e se deformam.

Quando, então, perguntamos: "é isto um apocalipse?", vemos que nada favorece o otimismo. Não temos razões objetivas para esperar um bom futuro. Isto nos lembra a história da fuga dos hebreus do cativeiro egípcio. Súbito, o visionário Moisés procura convencer seu povo a sacudir as imposições e o mando do Faraó, partindo para uma "terra prometida" onde pudessem todos viver dignamente, trabalhar, dar-se em casamento e saborear a sabedoria da velhice. Nada, absolutamente nada garantia que a fuga daria certo. Não tinham dinheiro, armas, montarias ou mesmo provisões de alimentos. Por enquanto, a "terra prometida" tinha o endereço do imponderável. Todavia, o convite de Moisés foi aceito num gesto de fé (esperança); durante anos os hebreus vagaram e sofreram mas, segundo a história hebraica, acharam finalmente a sua Canaã.

Em todas as gerações há os que crêem "contra tudo", que cuidam com seriedade das suas utopias, esperando contra todos os desesperos. É geralmente destes que brotam as idéias que movem as profundas mudanças sociais. Afinal, não foi baixada sentença condenatória sobre as cidades. O



homem, com um passado de milhares de anos como habitante das matas, viu-se de súbito metido nos movimentados centros de Tóquio, Londres, Nova Iorque, Rio de Janeiro e São Paulo; trazia um corpo mal equipado, um sistema nervoso pré-histórico para os complicados centros urbanos. Parece, portanto, compreensível que passasse por muitas crises de adaptação para viver nas cidades.

Estamos hoje bem no centro da pior de todas essas crises. É importante é lembrarmos que toda crise se parece com um apocalipse. Olhando, entretanto, para as articulações populares, para os movimentos políticos de base, intuimos ter muito ainda pelo que lutar. O futuro é um cofre onde estão guardadas *todas* as possibilidades, e uma coisa é indiscutível: o tamanho real do futuro não pode ser definido pelo tamanho do momento imediato que estamos vivendo.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Passo agora a indicar alguns livros que, a quem deseje, permitirão conhecer em maior profundidade o tema deste livro.

Ainda entre os textos simples mas que trazem, cada qual do seu ângulo, boa contribuição para o entendimento do assunto, diria ser proveitosa a leitura de *A Violência no Mundo Atual*, de Orlando Vilela e editado pelas Edições Loyola, e de *Violência – Uma Análise do “Homo Brutalis”*, de J. Pereira e editado pela Alfa-Omega. O primeiro destes olhando a questão de um ponto de vista mais psicologizante, enquanto que o segundo focalizando-a entre jornalística e juridicamente.

Já o tema da violência urbana recebe análise de muitos pontos de vista (visão interdisciplinar) no livro que organizei (e para o qual escrevi um capítulo) intitulado *Construção Social da Enfermidade*,

editado por Cortez & Moraes Editores. É texto mais complexo, pois escrito por sociólogos, filósofos, médicos, psicanalistas — cada um no uso de sua linguagem mais técnica. Leitura agradável, porém, no geral.

Também indicaria, numa linha científica acessível e muito bem escrita, três livros que permitirão o entendimento do que há de básico na agressividade do ser humano. São: Ashley Montagu, *A Natureza da Agressividade Humana* (Zahar Editores), Erich Fromm, *Anatomia da Destrutividade Humana* (Zahar Editores) e *O Coração do Homem* (Zahar Editores).

Seria de citar-se também um livro que, sendo de agradável leitura, já se fez em um clássico sobre a vida na cidade e a agressividade humana. Trata-se da obra de Henri Laborit intitulada *O Homem e a Cidade*, editada em Lisboa por Iniciativas Editoriais.

Em uma linha política de psicanálise, não poderia deixar de aconselhar a leitura da coletânea de ensaios elaborada por Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff, *As Cidades da Cidade*, lançada pela Editora Brasiliense.

É de todo recomendável, também, a leitura de um pequeno opúsculo que mexeu muito positivamente nos estudos sobre a violência nos grandes centros e que foi intitulado PROFITÓPOLIS\$ (a última letra S substituída intencionalmente por sinal de cifrão). *Profit*, no Inglês, é *lucro*. Na cidade

do lucro (“profitópolis”) as violências pululam, desde a corrupção da arquitetura e do urbanismo até formas mais brutais ainda de violência. Este opúsculo foi editado por Institutos Goethe no Brasil, Câmara Municipal de São Paulo e Museu de Arte Aplicada de Munique. Olho nesta publicação! É provocante e muito séria.

Para não alongar demais esta indicação de livros, terminaria por recomendar a leitura de uns escritos específicos sobre a situação do menor desvalido na cidade grande: Rosa M. Fischer Ferreira e outros, *Meninos da Rua*, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e Carlos Alberto Luppi, *Agora e na Hora da Nossa Morte — O Massacre do Menor no Brasil*, Editora Brasil Debates. O primeiro escrito, de cunho mais científico (muito boa qualidade!); o segundo, texto-denúncia muito rico em dados e parece que escrito com muita paixão, ainda que um pouco mal estruturado em seus capítulos. Também este último, um livro de leitura muito oportuna.

Muito embora haja ainda muito que se poderia indicar, vamos com calma. Afinal, para um contato um pouco mais a fundo, os textos já citados são suficientes. Todavia, para os que se sentem mal quando não há pelo menos uma citação em língua das “estranjas”, lá vai uma (e muito boa): J.P. Scott, *Agression*, pela University of Chicago Press.

Sobre o autor

Nasci em Passa-Quatro, MG. Era plena II Guerra Mundial (1940) e nem me dei conta, pois crescia em um ambiente especialíssimo onde se misturavam benzedeiros, músicos, imigrantes, um embaixador aposentado e os mendigos queridos que sempre honraram a nossa porta com um sorriso e um pedido de comida ou adjutório.

Cursei o Ginásio São Miguel e depois estudei em Lavras (MG) no Instituto Gammon, onde considero ter de fato nascido para minha modesta vida intelectual, que floresceu na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (SP).

Em 1961, era músico da TV Tupi, em São Paulo. Cismei que tinha bossa para pintor, e, desta vez, me machuquei direitinho.

Hoje leciono na Puccamp e escrevo, publicando nos campos da Literatura e da Filosofia Social.

Até o momento, tenho os seguintes livros: *Cotidiano* (poemas), *Queda de areia* (poemas), *Vontade de viver* (poemas/prosa), *Ciência e tecnologia — introdução metodológica e crítica* (filosofia), *Construção social da enfermidade* (antologia interdisciplinar), *Herdeiros da sombra* (contos), *Oito poemas para o visionário*.

Caro leitor:

As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".
